

CONSTRUIR A HISTÓRIA: A SEDE DO CADC DE COIMBRA

JOANA BRITES *

1. Introdução

Reconstituir a trama de relações em que se inscreve um edifício é percorrer grande parte do caminho que culmina com a sua compreensão. A história da arte não se escreve, por isso, à margem da história-ciência. Não se reduz à busca desenfreada de “facturas”, não se esgota no encontro de memórias descritivas, não se contenta com descrições, não se limita a obras singulares ou a trajectos individuais. A obra de arte, enquanto documento, é sempre colectiva, mesmo quando assinada no singular. Consequentemente, através dela se participa na construção da história, o que não significa advogar um determinismo cego entre sociedade e manifestações artísticas, mas tão-somente subscrever a consciência de que as coincidências e acasos são raros e de que o tempo e o espaço são sempre os pais de qualquer actividade humana.

Baseando-se neste princípio, a presente investigação tem por objectivo compreender as sinergias inerentes à construção da sede do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) de Coimbra, as opções estilísticas tomadas e suas conexões com o ideário da organização, bem como o impacto e o significado que a nova casa assumiu para os sócios, a academia e o país em geral. Nesse sentido, partindo da necessária contextualização da evolução do CADC no âmbito da “acção católica” nacional e internacional, procuraremos destacar e cruzar as seguintes linhas de análise: as condições materiais em que se desenvolveu a intervenção do

* Mestranda de História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20).

Centro até à sua primeira residência erguida de raiz; o projecto da sede e o respectivo significado da linguagem moderna adoptada; o longo processo de edificação e os agentes nele envolvidos; a inauguração e a recepção do edifício pela imprensa católica.

Deste modo, o estudo concreto do fenómeno arquitectónico em causa, o qual transcende a função utilitária e se revela um suporte de representação, constituirá um espaço de observação e problematização das conexões que se estabeleceram, a jusante e a montante, entre estética e ideologia, Igreja e Estado, sagrado e profano. Eis o que torna este objecto de estudo uma via para o conhecimento do(s) modo(s) como a Igreja Católica, e particularmente o CADC, marcou presença e condicionou a realidade portuguesa na primeira metade do século XX.

Tratando-se de um artigo que incide sobre a época contemporânea, ele traduz as vantagens e limitações decorrentes do período seleccionado. Usufruímos, por um lado, da abrangência de fontes – iconográficas, orais, manuscritas, dactilografadas, impressas e materiais – existentes sobre o tema. Por outro lado, confrontámo-nos com a impossibilidade de aceder a alguma documentação, quer pelo elevado nível de destruição verificado, quer pela falta de tratamento arquivístico, especialmente sentida relativamente ao espólio de Manuel Gonçalves Cerejeira, de que as páginas seguintes não puderam beneficiar.

2. O CADC na evolução do movimento social católico

A progressiva desagregação do Antigo Regime e o triunfo do capitalismo custaram à Igreja Católica a perda da sua autonomia ao nível dos recursos materiais e, sobretudo, da hegemonia em termos dos mecanismos de produção e dominação ideológica, de validação do poder político e das relações socioeconómicas, de definição dos códigos éticos e morais. Consciente de que eram outras as condições para a recuperação, no mundo moderno, da supremacia de que o racionalismo burguês a despojara, reagiu em novos moldes, desenvolvendo, gradualmente, uma alternativa global à situação vigente ¹: a democracia cristã conservadora, de matriz neotomista.

¹ Manuel Braga da Cruz, «Os católicos e a política nos finais do século XIX», *Análise Social*, vol. XVI, n.º 61-62, Lisboa, 1980, p. 259-270; Marie-Christine Volovitch, *Quelques aspects importants du catholicisme social au Portugal entre 1890 et 1910*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982; Marie-Christine Volovitch,

Em Portugal, à semelhança de outros países da Europa e da América, a actividade do episcopado e dos leigos integrou-se neste processo, podendo ser distinguidas três fases no seu desenvolvimento, seguindo a leitura proposta Manuel Braga da Cruz ². Até 1894, data que marca a adopção, no caso português, da estratégia leonina do *ralliement* ³, os católicos dirigiram as suas energias e a sua intervenção pública para o combate político ao liberalismo em defesa dos “direitos” da Igreja que aquele lesara. Numa segunda etapa, a emergência de um novo “inimigo” – o socialismo e as correspondentes expressões organizativas – exigirá uma resposta social que desviará a “acção católica” da luta parlamentar para o terreno socioprofissional, procurando “regenerar” e mediar a relação entre as diferentes forças sociais e, simultaneamente, actualizar e dirigir as reflexões, mormente as intelectuais cristãs, para as novas realidades com que se deparavam ⁴.

Além dos Círculos de Operários Católicos e da Obra dos Congressos, inscreve-se nesta fase a criação dos Centros Académicos de Democracia

Militantisme catholique et crise du monde rural traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1985; Fernando Catroga, «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)», *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, Lisboa, 1988, p. 211-273; Jean-Marie Mayeur (coord.), *Histoire du christianisme des origines à nos jours*, vol. XII, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, Poitiers, Desclée-Fayard, 1990; Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998; António Matos Ferreira, «Laicidade», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 58-65; Paulo Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», em *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3, *Religião e secularização*, coord. de Manuel Clemente e António Matos Ferreira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 129-351.

² Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 33-38.

³ Embora dirigida à realidade francesa, a carta de Leão XIII sobre o *ralliement* teve uma enorme influência em outros países católicos, nomeadamente em Portugal. A orientação recomendada pelo Papa assentava numa clara distinção entre os regimes políticos e a legislação publicada pelos governos. Aconselhava os católicos a abandonar a oposição aos regimes liberais e a unirem-se, ultrapassando as suas divergências partidárias, em prol do combate à legislação que atentasse contra os “direitos da Igreja Católica”. Cfr. Manuel Braga da Cruz, «Os católicos e a política nos finais do século XIX», *Análise Social*, vol. XVI, n.º 61-62, Lisboa, 1980, p. 266; Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, p. 418.

⁴ Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, p. 119-219; J. Pinharanda Gomes, *Os congressos católicos em Portugal. Subsídios para a história da cultura católica portuguesa contemporânea (1870-1980)*, Lisboa, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984.

Cristã, de que o de Coimbra, fundado em 1901, foi o primeiro e o de maior projecção ⁵. Nascido sob a inspiração e o amparo de um conjunto de professores universitários, com destaque para Francisco José de Sousa Gomes ⁶, professor de Química Inorgânica na então Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, o CADC traduz, à semelhança do ocorrido em outros sectores, a necessidade de modernizar as estruturas de reflexão e actuação dos católicos, bem como a urgência em intervir, de forma eficaz, em “nichos” – o universitário, neste caso – disputados por correntes ideológicas e políticas portadoras de uma mensagem anticlerical e mesmo anti-religiosa.

À imagem dos Círculos de Estudos criados em França por Léon Harmel e em Itália por Giuseppe Toniolo ⁷, também o CADC se caracterizará, a partir do inicial impulso reactivo – decidida propaganda a favor das ordens religiosas e apoio à imprensa católica –, como espaço de acolhimento e divulgação da democracia cristã, enquadrada e vivida na esteira da doutrina pontifícia e, muito particularmente, de duas encíclicas fundamentais de Leão XIII ⁸. Por um lado, a *Rerum Novarum* (15 de Maio de 1891) ⁹, considerada a “magna carta” fundadora da Doutrina Social da Igreja ¹⁰, que, reagindo a um liberalismo individualista e, sobretudo, ao avanço do movimento socialista e marxista, defensor de uma transformação revolucionária e des cristianizadora da sociedade, propõe como «verdadeira solução

⁵ Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, p. 154-170; Manuel Braga da Cruz, «Centro Académico de Democracia Cristã (CADC)», em *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 (Supl. A-E), coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 284-288; Manuel Braga da Cruz, «Origens e primeiros tempos do CADC», em *O CADC na vida da Igreja e da sociedade portuguesa. Actas do congresso (17-18 de Março de 2001)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2001, p. 17-24.

⁶ Para um conhecimento mais profundo acerca do Professor Doutor Francisco José de Sousa Gomes, cfr. Francisco Garcez, «O Doutor Francisco de Sousa Gomes e o CADC», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 121-127; Manuel de Almeida Trindade e Gabriel de Sousa, *Figuras Notáveis da Igreja de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1991, p. 11-101.

⁷ Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, p. 154.

⁸ Sobre o impacto da doutrina de Leão XIII em Portugal, cfr. José Miguel Sardica, «A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, vol. XVI, Lisboa, 2004, p. 367-383.

⁹ A encíclica *Rerum Novarum* está integralmente disponível em versão portuguesa no site oficial do Vaticano: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html

¹⁰ José Miguel Sardica, «A recepção da doutrina social de Leão XIII em Portugal», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, vol. XVI, Lisboa, 2004, p. 367.

para a questão social» uma colaboração entre a Igreja e o Estado, conjugada com o cumprimento de um código de deveres e direitos mútuos de patrões e operários ¹¹. Em segundo lugar, a encíclica *Graves de Communi* (18 de Janeiro de 1901) ¹², a qual, retomando a anterior, esclarece que a questão social é «principalmente moral e religiosa» e caracteriza a democracia cristã como «acção beneficente e cristã para com o povo» ¹³ sem fins político-partidários estritos, dirigida a todos os homens e a todas as classes.

O CADC de Coimbra assumiu o pressuposto de que cabia à Igreja um papel na reorganização da sociedade, consciência que se manifestou no programa «Piedade, Estudo, Acção» ¹⁴ adoptado e na criação da revista mensal *Estudos Sociaes* (1905-1911) ¹⁵, cujo projecto, obediente ao «plano traçado pelo pontífice reinante: *Restaurare omnia in Christo*», abria «guerra aberta aos dois maiores erros da época – o racionalismo e o materialismo» ¹⁶. Defendeu, também, a indispensabilidade de evitar um “comprometimento político sectário”, preocupação que justificaria, inclusivamente, um novo baptismo da recém-nascida organização.

Com efeito, reconhecendo-se que, na designação «Centro Nacional Académico», «*nacional* cheirava a Nacionalismo, ou seja ao Partido Nacionalista, pouco antes fundado pelo Conselheiro Jacinto Cândido» ¹⁷, um dos criadores do Centro, António Francisco Menezes Cordeiro, que cursava

¹¹ Alberto M. Artajo e Máximo Cuervo, *Doctrina social católica de León XIII y Pio XI*, Barcelona-Buenos Aires, Editorial Labor, 1933, p. 33-93.

¹² A encíclica *Graves de Communi* está integralmente disponível em versão inglesa no site oficial do Vaticano: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18011901_graves-de-communi-re_en.html

¹³ Adelino Marques de Almeida, *A doutrina social da Igreja e a democracia cristã*, Lisboa, Textos de apoio, 1986, p. 99. Sobre o conceito de democracia cristã, cfr. Michael P. Fogarty, *Historia e ideologia de la democracia Cristiana*, Madrid, Editorial Tecnos, 1964.

¹⁴ Os três pilares do programa ceadecista aparecem definidos em diversa documentação e bibliografia. Cfr., nomeadamente, «Vida do CADC», *Estudos*, ano V, n.º 50, Coimbra, Junho de 1926, p. 158-159; *CADC Centro Académico de Democracia Cristã. O que é o CADC*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, s/d.

¹⁵ Para uma análise da revista *Estudos Sociaes*, cfr. Jorge Seabra, «O impacto do modernismo em Portugal: o caso dos *Estudos Sociaes*, revista catholica mensal», em *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo. 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 17-81.

¹⁶ Abranches Martins, «O CADC e a sua projecção no pensamento português», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 462.

¹⁷ Pacheco de Amorim, «Projecção nacional do CADC», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 89.

direito e viria a ser o seu primeiro presidente, propôs, com êxito, numa reunião de 18 de Janeiro de 1903, o nome de «Centro Académico de Democracia Cristã»¹⁸, em evidente referência ao documento leonino emanado poucos meses antes da constituição do CADC.

Um terceiro estágio se inicia aquando da implantação da República, que fixou um novo enquadramento jurídico para a actividade da Igreja Católica, designadamente através da Lei de Separação do Estado da Igreja (Abril de 1911). O desenvolvimento de uma política laicizadora das principais instituições públicas e de uma propaganda virulentamente anticlerical¹⁹ fez regressar à ordem do dia a “questão religiosa”, deslocando, novamente, o empenho católicos para a disputa política, desembocando na criação, pelo episcopado, em 1917, do Centro Católico Português²⁰, organização de cariz formalmente partidário.

Este período assinalou, compreensivelmente, uma reorganização interna das hostes católicas, unidas pelo combate ao mesmo adversário, em prol de um objectivo comum: «a restauração cristã da sociedade»²¹. O CADC revelar-se-ia, então, não um mero espectador, mas um protagonista dessa reestruturação de uma militância concertada, relançando a sua influência nacional, a partir de 1912, através da publicação de um semanário de combate «à onda do jacobinismo triunfante»²². Dirigido por Manuel Gonçalves Cerejeira – eleito, nesse ano, vice-presidente do CADC – e administrado por Carneiro Mesquita²³, *O Imparcial* (1912-1919)²⁴ motivou o empenhamento,

¹⁸ Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Coimbra, Casa do Castelo – Editora, 1958, p. 78-79.

¹⁹ Sobre este assunto, cfr. Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, p. 265-285; Maria Lúcia Moura, *A “guerra religiosa” sob a I República: o impacto da lei da separação*, Coimbra, 2004, [policopiado].

²⁰ Sobre este assunto, cfr. Manuel Braga da Cruz, «Centro Católico Português», em *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 (Supl. A-E), coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 288-291.

²¹ Paulo Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», em *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3, *Religião e secularização*, coord. de Manuel Clemente e António Matos Ferreira, p. 136-147.

²² Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, p. 94.

²³ Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, p. 95.

²⁴ Para uma análise de *O Imparcial*, cfr. António Rafael Amaro, «*O Imparcial*, um jornal de combate (1912-1919)», em *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo. 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 83-146.

entre outros, de Diogo Pacheco de Amorim, Pestana Reis, Francisco Veloso, Joaquim Diniz da Fonseca e António Oliveira Salazar, recém-eleito primeiro secretário e que aí escreveria, com o pseudónimo de Alves da Silva, diversos artigos ²⁵.

A Primeira Grande Guerra, o advento do sidonismo e o agravamento da crise da República saldaram-se por um novo apaziguamento da “questão religiosa”, designadamente com o restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé (1918-1919). Mas se o *ralliement* à República veio substituir a oposição ao regime pela “mera” contestação da “legislação ofensiva dos direitos da Igreja Católica”, nem por isso se abandonou a batalha em prol da concretização dum projecto alternativo de sociedade, o que não deixaria de acarretar dissensões e divergências no seio da “acção católica”. O CADC acompanharia também este cenário, sobrevivendo-lhe, em boa parte, graças à actuação do padre Luís Lopes Melo ²⁶, o seu primeiro assistente eclesiástico. Nomeado pelo bispo D. Manuel Luís Coelho da Silva (1915-1936), exerceria funções entre 1920 e 1935.

Na qualidade de “órgão oficial do Centro”, a revista mensal *Estudos* (1922-1971) ²⁷ espelha a referida “pacificação da questão religiosa”, afastando a sua linha editorial da luta política directa para, em seu lugar, fomentar o debate teórico e promover uma “formação católica aprofundada”. A perturbação sentida no campo católico manifestar-se-ia, igualmente, na difícil gestão dos diferentes posicionamentos políticos adoptados por inúmeros sócios, não só devido ao facto de entre o grupo do Integralismo Lusitano se contarem simpatizantes da *Action Française* ²⁸, mas também porque «a quase totalidade dos deputados e senadores eleitos pelo Centro Católico Português eram antigos sócios do CADC» ²⁹, como mais

²⁵ Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte anos de Coimbra*, Lisboa, Edições Gama, 1943, p. 221.

²⁶ Sobre o padre Luís Lopes Melo, cfr. *Estudos*, ano XIII, n.º 147, Coimbra, Maio de 1936 [número dedicado ao padre Luís Lopes Melo]; Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*; Manuel de Almeida Trindade e Gabriel de Sousa, *Figuras Notáveis da Igreja de Coimbra*, p. 107-133.

²⁷ Para uma análise da revista *Estudos*, entre 1922 e 1934, cfr. João Paulo Avelãs Nunes, «O CADC de Coimbra nos inícios do Estado Novo. A revista *Estudos* entre 1922 e 1934», em *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo. 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 147-247.

²⁸ Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, p. 239.

²⁹ José de Paiva Boléo, «O período de consolidação do CADC», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 142.

tarde seriam ceadecistas os «centristas» chamados ao Governo após o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926.

A colaboração e a identificação política do Centro Católico, através do qual António Oliveira Salazar será catapultado para o poder, com a recém instalada Ditadura Militar acabariam por se saldar pela sua “neutralização” e absorção, a partir de 1930, pela União Nacional. Por sua vez, a Acção Católica Portuguesa³⁰, criada pelo episcopado em 1933, respeitou as orientações formuladas por Pio XI e as exigências do Estado Novo emergente, anulando as hipóteses de reactivação de um partido democrata cristão³¹.

Embora excluísse a intervenção política dos seus propósitos institucionais, conservando estrategicamente alguma autonomia face às organizações políticas existentes, o CADC não deixaria de se mostrar em sintonia com a generalidade da “acção católica”. Num primeiro momento, colaborando com o Estado Novo enquanto regime favorável à consecução do seu projecto de sociedade; a partir da Segunda Guerra Mundial, distanciando-se em parte da ditadura chefiada por António Oliveira Salazar³². Esta “táctica prudente”, se não impediu a interrupção de actividade do Centro a partir de 1970, veio a viabilizar a sua retoma, em plena democracia, aquando da celebração do seu centenário, em 2001³³.

³⁰ Sobre a acção católica no período estadonovista, cfr. Paulo Fontes, «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, vol. VI, Lisboa, 1994, p. 61-100.

³¹ Manuel Braga da Cruz, «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117, Lisboa, 1992, p. 547-574.

³² Para um maior conhecimento da evolução da relação entre o movimento social católico e o regime, cfr., nomeadamente, José Galdes Freire, *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*, Porto, Livraria Telos Editora, 1976; Manuel Braga da Cruz, «O Estado Novo e a Igreja Católica», em *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 201-242; José Barreto, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 125-126, Lisboa, 1994, p. 295-317; Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999; João Bénard da Costa, *Nós, os vencidos do catolicismo*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2003.

³³ Em 1970, o CADC suspende as suas actividades e, a 21 de Novembro de 1971 (festa de Cristo-Rei), foi criado, por decreto do Vigário Capitular de Coimbra, o Instituto Justiça e Paz, com vista a assegurar o exercício da Pastoral Universitária em Coimbra. O novo Instituto passou a funcionar no edifício ceadecista. No entanto, o CADC nunca foi extinto. Em 2001, realizou-se uma assembleia-geral dos sócios antigos, os quais decidiram nomear uma Comissão de Reinstalação tendo por objectivos a actualização dos Estatutos e

Fiel às «instruções da Santa Sé e do episcopado português»³⁴, o rumo do CADC no decurso da II República deve ser lido e compreendido em articulação com o pensamento dos que ocuparam o Trono de S. Pedro e com as relações, complexas e contraditórias a muitos níveis, estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado. A janela temporal em que se concentra o presente estudo, fechada na véspera da assinatura da Concordata em 1940, pertence à denominada fase do «unionismo católico»³⁵, oferecendo-nos um cenário de convivência de interesses e, por conseguinte, de coabitação e colaboração entre duas estruturas hierárquicas que não desejavam, nem podiam desejar, subordinar-se a um outro poder.

Embora não sendo, à semelhança da vizinha Espanha franquista, um regime confessional, o Estado Novo não deixaria de conceber o catolicismo e a Igreja como agentes de estabilização social e de inculcação ideológica, cruciais para a implantação e consolidação do salazarismo, a missão como retórica legitimadora do colonialismo, a doutrina social da Igreja como fonte inspiradora do corporativismo, o providencialismo como causa das opções políticas tomadas. Por sua vez, a Igreja Católica, além da reconquista do prestígio e da capacidade de influência genéricos, viu satisfeitas várias reivindicações concretas e, sobretudo, usufruiu do declarado «confessionalismo da nação»³⁶.

a renovação do corpo associativo. Cfr. José Manuel Cardoso da Costa, «O CADC e o Instituto Justiça e Paz», em *O CADC na vida da Igreja e da sociedade portuguesa. Actas do congresso (17-18 de Março de 2001)*, p. 197-207; João Lavrador, «CADC – cronologia», *Estudos*, nova série, n.º 1, Coimbra, 2003, p. 17-19.

³⁴ José de Paiva Boléo, «O período de consolidação do CADC», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 141.

³⁵ António Matos Ferreira, «Catolicismo», em *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 (Supl. A-E), coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 257-269.

³⁶ Manuel Braga da Cruz, «O Estado Novo e a Igreja Católica», em *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas, p. 206. Sobre a relação entre a Igreja Católica e Estado Novo, cfr., nomeadamente, Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras pastorais*, 7 vol., Lisboa, União Gráfica, 1936-1970; Manuel Gonçalves Cerejeira, *A situação da Igreja no regime da concordata*, Lisboa, União Gráfica, 1941; Silas Cerqueira, «L'Église portugaise et la dictature corporatiste portugaise», *Revue Française de Science Politique*, vol. XXIII, Paris, 1973, p. 473-513; Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*; Manuel Braga da Cruz, «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117, Lisboa, 1992, p. 547-574; Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*; António Matos Ferreira, «Le christianisme dans

O CADC inscreveu-se, inevitavelmente, nesta rede de cumplicidades, que a organização soube usar, apelando, quando se lhe afigurava útil, ao passado ceadecista dos seus dois mais “ilustres” antigos sócios; e de que o poder se soube servir, nele recolhendo quer parte do substrato democrata cristão que suportou a matriz ideológica do salazarismo, quer, à semelhança do que fez com a restante “acção católica”, muitos dos seus quadros dirigentes e intermédios.

3. Das «catacumbas» ao «velho pardieiro»

Até 1919, ano em que se instala, para não mais sair, na Couraça de Lisboa, o CADC passou por uma atribulada itinerância de residência. «Com os trastes às costas de rua em rua»³⁷, os “rapazes católicos de Coimbra” reuniam-se, nos primeiros tempos, descritos mais tarde como a fase «das catacumbas»³⁸, em «sede ambulante, às escondidas dos que “espreitavam rindo” os da “católica”, ora num sótão esconso da universidade, ora aqui e além, onde adregavam de juntar-se as boas vontades»³⁹.

No ano lectivo de 1901-02, depois dos encontros na casa do quintanista de Teologia, Aarão Pereira da Silva, no n.º 2 da Rua do Loureiro, passaram a juntar-se na casa do então presidente, António Francisco Menezes Cordeiro, no n.º 6 da Rua Alexandre Herculano⁴⁰. Em 1903, a república de Bernardo da Silva, no Cidral, serviu de breve refúgio, pois depressa se transferiram para o quarto de Artur Leite de Amorim, tesoureiro do Centro,

l'Europe. II – La Péninsule Iberique», em Jean-Marie Mayeur (coord.), *Histoire du christianisme des origines à nos jours*, vol. XII, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, p. 402-417; Luís Reis Torgal, «Os católicos e a Universidade no Estado Novo de Salazar. “Situação” e “Oposição”», em *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, 2001, p. 425-450; Luís Salgado de Matos, «Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico», *Análise Social*, vol. XXXVI, n.º 160, Lisboa, 2001, p. 803-837; *Lusitania Sacra*, 2.ª série, vol. II (*Pensamento e obra do Cardeal Cerejeira. No centenário do seu nascimento*), Lisboa, 1990.

³⁷ Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, p. 231.

³⁸ Tomás de Gambôa, «Alocução do Sr. Dr. Tomás de Gambôa no jantar de confraternização», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 583.

³⁹ Tomás de Gambôa, «Alocução do Sr. Dr. Tomás de Gambôa no jantar de confraternização», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 583.

⁴⁰ Manuel de Paiva Boléo, «O padre Lopes de Melo e o espírito vicentino», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 209.

localizado nas Arcas de Água n.º 97, hoje Rua Pedro Monteiro n.º 98 ⁴¹, onde a organização receberia o nome que ainda hoje conserva.

Nos anos lectivos de 1904-05 e 1905-06, as reuniões do CADC realizaram-se na Rua da Ilha, por intermédio do Professor Doutor Sousa Gomes, que lhes cedera uma sala na Escola Académica por si dirigida no Colégio de Santa Rita ⁴². Daqui mudaria para o salão da Misericórdia ⁴³, vindo a estabelecer-se, no ano lectivo de 1908-09, na Rua dos Coutinhos, na casa do Dr. Costa Lobo, um primeiro andar «com uns três salões bastante amplos e bem iluminados, e com várias outras dependências» ⁴⁴ que a Direcção se encarregaria de mobilar.

Seria esta a sede assalta e desbaratada, «por malta vária, que assim defendia heroicamente a liberdade e os direitos do cidadão» ⁴⁵, no dia 1 de Fevereiro de 1911, em virtude da escalada anticlerical que acompanhou a implantação da República. De novo sem tecto fixo, «as reuniões ocasionais faziam-se ao ar livre – no Jardim Botânico, por exemplo –, ou nas repúblicas amigas» ⁴⁶. Os corpos gerentes do ano lectivo seguinte, eleitos em Maio de 1912 na redacção de *O Imparcial*, à Rua da Matemática, iriam reabrir o CADC no n.º 5 da Rua da Trindade, onde havia funcionado a primeira redacção dos *Estudos Sociaes* ⁴⁷. Após este local, seguiu-se uma curta passagem pela Rua das Flores ⁴⁸, a que adveio, finalmente, a instalação na Couraça de Lisboa, graças «aos esforços e à generosidade» do bispo da diocese, D. Manuel Luís Coelho da Silva, que, compreendendo o

⁴¹ Manuel de Paiva Boléo, «O padre Lopes de Melo e o espírito vicentino», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 209.

⁴² Manuel Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, p. 231. Anos mais tarde, António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira vieram a instalar-se em parte do edifício do Colégio de Santa Rita. Cfr. António de Vasconcelos, *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana* (reed. preparada por Manuel Augusto Rodrigues), vol. I, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1987, p. 281.

⁴³ Álvaro Júlio da Costa Pimpão, «Com a mão na consciência», *Estudos*, ano IV, n.º 47-48, Coimbra, Março-Abril de 1926, p. 869.

⁴⁴ José de Lencastre, «Primeiro lar do CADC», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 4.

⁴⁵ Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte anos de Coimbra*, p. 189.

⁴⁶ Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte anos de Coimbra*, p. 192.

⁴⁷ Alberto Diniz da Fonseca, «CADC: 1901-910», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 440.

⁴⁸ Alberto Diniz da Fonseca, «CADC: 1901-910», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 438.

alcance da acção desenvolvida pelo Centro, «adquiriu por 8 000\$00»⁴⁹, em Fevereiro de 1919, a morada onde permaneceria a sede até à construção, no mesmo local, do novo edifício.

Pensamos, porém, não ter sido a diocese de Coimbra a adquirir esta casa. Tudo leva a crer que a compra se efectuou por intermédio de dois particulares, os quais auferiam os dividendos da sua locação. Nesse sentido parecem apontar os testemunhos de antigos sócios que se referem à habitação como sendo «particular»⁵⁰ e «alugada»⁵¹. Por sua vez, as actas da Direcção do CADC revelam-nos a identidade dos donos do prédio – António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira⁵² –, a qual podemos comprovar compulsando as actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Coimbra, onde se encontra o pedido de licença, endereçado por ambos, em 1921, para «reconstruírem a casa que possuem na Couraça de Lisboa, com os n.ºs 28 a 32»⁵³.

A evidente familiaridade sentida em relação aos dois antigos e “distintos” sócios – ex-dirigentes do Centro e co-responsáveis pelo jornal *O Imparcial* – explica o facto de o CADC sentir a casa como sua e, nessa qualidade, a recordar, mais tarde, na revista *Estudos*⁵⁴. Na realidade, praticamente o era. Embora fossem sempre consultados a respeito de qualquer modificação a operar na sua propriedade⁵⁵, António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira receberiam, com grande probabilidade, uma renda meramente simbólica, capaz de permitir à Direcção do CADC, com os poucos recursos financeiros de que dispunha, «tomar de arrendamento o prédio número vinte e oito da Couraça de Lisboa, e terreno anexo, pelo

⁴⁹ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 414.

⁵⁰ José Augusto Vaz Pinto, «No CADC do após-guerra», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 4.

⁵¹ J. Dinis da Fonseca, «Do sonho à realidade», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 1.

⁵² «Acta de reunião de 15 de Novembro de 1932», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 165, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁵³ «Acta da sessão ordinária da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Coimbra do dia 25 de Agosto de 1921», *Livro de Actas da Câmara Municipal de Coimbra*, n.º 129, 7/10/1920 a 5/1/1922, fl. 103v, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, B0 129.

⁵⁴ António Augusto Marques, «A casa nova e o CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 478.

⁵⁵ «Acta de reunião de 18 de Março de 1928», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 62v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

prazo de dezanove anos», em Novembro de 1923 ⁵⁶. A propriedade formal detida por aqueles que, mais tarde, viriam a chefiar os destinos do Estado e da Igreja portugueses foi, como tudo leva a crer, o meio de o Centro assegurar a sua sobrevivência material num quadro ainda marcado pela legislação laicizadora da I República que, entre outros aspectos, estipulava a “nacionalização” dos bens eclesiásticos ⁵⁷.

«Casinha modesta» ⁵⁸, «velha moradia incaracterística, acachapada e feia, com todo o interior a ameaçar ruína próxima» ⁵⁹, «casarão desmantelado» ⁶⁰ com um «largo portal, hostil, frio, escancarando a bocarra sobre um átrio empedrado, sem pé direito nem luz» e um interior onde se contavam «logo duas dúzias de remendos e buracos» ⁶¹, ou simplesmente, «velho pardieiro» ⁶², como ficaria na memória dos sócios, depressa se reconheceu que, «da casa, só era invejável o local» ⁶³, a dois passos da Universidade, «em pleno burgo académico» ⁶⁴. Consequentemente, desde cedo, a sua edificação de raiz preencheu as preocupações e aspirações dos ceadecistas e, muito particularmente, do bispo de Coimbra, impulsor da sua concretização e um dos principais mediadores entre “os rapazes” e as esferas de influências e contactos congregados para tal fim.

Prova disso foi a assembleia, composta «por algumas das figuras mais representativas e activas na vida católica de Coimbra e ainda pelo presidente da Direcção do CADC» ⁶⁵, que compareceu no Seminário, em 1919,

⁵⁶ «Acta de reunião de 25 de Novembro de 1923», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 16/6/1917 a 6/4/1924, fl. 60v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁵⁷ Vítor Neto, «Estado, Igreja e anticlericalismo na 1.ª República», em *Anticlericalismo português: história e discurso. Actas do colóquio*, Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, 2002, p. 35.

⁵⁸ Alberto Diniz da Fonseca, «CADC: 1901-910», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 438.

⁵⁹ José Augusto Vaz Pinto, «A missão dos “Estudos”», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 250-251.

⁶⁰ José da Silva Dias, «Pensamento e acção. O CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 470.

⁶¹ F. Cid Proença, «Quando eu entrei no CADC...», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 544.

⁶² «Vida do CADC», *Estudos*, ano VIII, n.º 91, Coimbra, Novembro de 1929, p. 354.

⁶³ António Augusto Marques, «A casa nova e o CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 478.

⁶⁴ José Augusto Vaz Pinto, «A missão dos “Estudos”», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 251.

⁶⁵ João Porto, «Nova arrancada», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 448.

por convocatória do prelado, com vista a constituir uma comissão ⁶⁶ responsável por angariar donativos para a construção de edifício próprio, cuja despesa se calculava então na ordem dos 60 000\$00 ⁶⁷. Em breve, uma circular, distribuída por todo o país, apelava à generosidade «de todos os pais de família portugueses, de todos os católicos, de todos os conservadores, que se interessam pelo futuro de Portugal», no sentido de contribuírem para «a acção patriótica das juventudes católicas» em luta contra as «doutrinas desnacionalizadoras (...) que envenenam a sociedade» ⁶⁸. A lógica maniqueísta do discurso e o “peso” das assinaturas de todos os membros da comissão viriam a render 42 114\$20 ⁶⁹, quantia significativa mas ainda insuficiente para o arranque das obras, o qual só se verificaria dois anos depois.

Se ao nível financeiro as diligências haviam arrancado, no campo espiritual e simbólico não tardariam também. A 11 de Junho de 1920, por ocasião da entronização, no interior da sede, da imagem do Sagrado Coração de Jesus ⁷⁰ e consagração a ele dos estudante católicos de

⁶⁶ Esta ficou constituída do seguinte modo: D. Manuel Luís Coelho da Silva, bispo de Coimbra, presidente; António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, professor da Faculdade de Letras, vice-presidente; António Faria Carneiro Pacheco, professor da Faculdade de Direito, secretário; João Maria Porto, presidente do Centro Académico de Democracia Cristã, vice-secretário; António de Almeida e Sousa, professor do Liceu Central de Coimbra, tesoureiro; Lúcio Martins da Rocha, professor da Faculdade de Medicina e presidente da Associação dos Médicos Católicos; Álvaro de Almeida Matos, professor na Faculdade de Medicina; Diogo Pacheco de Amorim, professor da Faculdade de Ciências; José de Almeida Correia, deputado do Centro Católico; Elias Luís de Aguiar, director do Orfeon Académico. Cfr. João Porto, «Nova arrancada», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 449; Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 428.

⁶⁷ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 427.

⁶⁸ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 426-427.

⁶⁹ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 428.

⁷⁰ A devoção ao Coração de Jesus, desenvolvida lentamente na Igreja desde o século XI, difunde-se a partir do século XVI e alcança projecção universal na centúria seguinte com as revelações de Santa Margarida Maria Alacoque, religiosa visitandina do mosteiro de Pary-le-Monial. No século XVIII, os jansenistas criticaram violentamente os adeptos desta devoção, do que resultou um fortalecimento e maior divulgação da mesma. Em Portugal, a basílica da Estrela, construída no século XVIII, é a primeira do mundo consagrada ao Coração de Jesus, em cumprimento do voto feito pela rainha D. Maria I, que obteve do Papa Pio VI a concessão da festividade, com ofício e missa própria. Expulsas as

Coimbra, os ceadecistas, acedendo ao desejo do bispo D. Manuel Luís Coelho da Silva ⁷¹, proferiram o voto de colocar o seu símbolo na futura fachada do edifício. Havendo já consagrado a diocese de Coimbra a esta devoção, o prelado conseguia, desta forma, que a ela se dedicasse, entre outras organizações católicas, o CADC.

Compreendem-se os motivos. O conceito de apostolado está intrinsecamente ligado a esta forma de religiosidade, cujo conteúdo doutrinal se articula com a ideia de resistência à revolução social, em favor da restauração cristã ⁷². A consagração ao Sagrado Coração de Jesus assenta, pois, na concepção de Cristo como «único mediador entre Deus e os homens»

ordens religiosas, a devoção decaiu no nosso país, vindo a ser posteriormente reacendida pela Associação do Apostolado da Oração, propagada desde 1864 pela Companhia de Jesus. Pela encíclica *Annum Sacrum*, de 25 de Maio de 1899, Leão XIII promulgou a consagração do género humano ao Sagrado Coração de Jesus e, segundo declaração do próprio pontífice, foram as cartas recebidas da irmã Maria do Divino Coração de Jesus, religiosa do Bom Pastor do Porto, que o determinaram a esse acto. O vigário geral da diocese do Porto, D. Manuel Luís Coelho da Silva, nomeado para a Sé de Coimbra em 1914, consagrou, pouco depois da sua chegada, a diocese de Coimbra ao Sagrado Coração de Jesus, empenhando-se que à mesma devoção se dedicassem as organizações católicas. Sobre a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, cfr. *A devoção ao Sagrado Coração de Jesus*, Braga, Secretariado Nacional do Monumento, 1959; Marcelo Morgante, *A devoção ao Sagrado Coração de Jesus*, Apelação, Paulus, 1998; Vincent Carraud, «Coração de Cristo», em *Dicionário crítico de Teologia*, dir. de Jean-Yves Lacoste, São Paulo, Paulinas/Edições Loyola, 2004, p. 458-461; *Documentos da Igreja sobre o Coração de Jesus*, org. de António José Coelho, Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 2004.

⁷¹ Transcrevemos aqui o trecho do discurso de D. Manuel Luís Coelho da Silva a que nos referimos: «meus queridos filhos, eu ainda não estou satisfeito. Sou muito exigente... Aquella imagem exerce o Apostolado aqui dentro. E eu queria alguma coisa que o exercesse tambem lá fóra. Eu sei do projecto de construir-se aqui um edificio digno dos Estudantes Catholicos. É no exterior d'esse edificio que eu queria vêr... ah! Já não digo vêr... é no exterior d'esse edificio que eu queria fosse collocado o symbolo do Coração de Jesus. Lá além está um triangulo... que eu não sei bem o que significa... Aqui estaria o symbolo do Coração do nosso bemditissimo Jesus, a quem se deve toda a verdadeira civilisação. (...) Eu queria que fizesses tambem aqui um voto, meus queridos filhos (Academicos e antigos Socios), queria que promettessemos ao Sagrado Coração de Jesus collocar o seu symbolo na fachada do edificio; queria que fizesses esta promessa sem condições, sem praso... para se realizar... quando? Quando aprouvér a Deus que esse edificio venha a ser uma realidade.» Cfr. Manuel Luís Coelho da Silva, *Consagração e voto dos estudantes catholicos de Coimbra ao S. Coração de Jesus a 11 de Junho de 1920*, Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1920, p. 13-14.

⁷² Paulo Fontes, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», em *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, vol. 3, *Religião e secularização*, coord. de Manuel Clemente e António Matos Ferreira, p. 159.

(1 Tim 2,5), expressa igualmente no Evangelho segundo S. João: «Sem Mim nada podeis fazer» (Jo 15,5). *Sine me nil* seria, precisamente, a divisa adoptada pelo CADC no seguimento da sua consagração ao Sagrado Coração de Jesus ⁷³. Viria também desta organização parte da iniciativa e o apoio para se efectivar a consagração dos finalistas universitários a esta devoção ⁷⁴.

O lançamento da primeira pedra, previsto para Dezembro de 1920, seria adiado devido ao atraso da chegada da planta da nova sede, pedida pelo bispo-conde a um engenheiro ⁷⁵, cuja identidade não conseguimos apurar. Só em Agosto de 1921 se iniciaram as obras, depois de terminado e entregue o «Projecto da Casa dos Estudantes catholicos portugueses». Este, de que apenas conhecemos o alçado principal, recuperava o modelo do hotel francês rococó, sobretudo no bloco principal, mais elevado e dividido em cinco partes demarcadas por pilastras, no qual se destacava o “andar nobre” de sacadas com gradeamento de ferro forjado, o eixo central avançado onde se abria o típico portal-janela coroado por um painel de azulejos dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, a entrada com frontão semicircular concheado, as janelas com lintéis decorados, os cunhais encimados por fogaréus, a cornija saliente cortada por um frontão curvo ladeado por pináculos e o telhado encimado por dois lanternins.

Do projecto apenas se levantou o ginásio, volume menos complexo, adossado à direita daquele que acabámos de descrever. A direcção das obras foi entregue ao empreiteiro José Antunes Vaz Serra ⁷⁶ e a sua supervisão exercida pelo então docente da Faculdade de Letras e director do Arquivo da Universidade, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos ⁷⁷ que,

⁷³ Na reunião da Direcção do CADC do dia 23 de Junho de 1920, «resolveu-se (...) que no selo branco e no carimbo do CADC seja inserida a effigie do Sagrado Coração de Jesus e que seja aberto concurso entre os sócios até 31 de Outubro para apresentação da referida effigie e duma divisa». Cfr. «Acta da reunião de 23 de Junho de 1920», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 16/6/1917 a 6/4/1924, fl. 19, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota. A divisa e a effigie passaram a ser também reproduzidas na capa da revista *Estudos*, desde o seu primeiro número. Cfr. *Estudos*, n.º 1, Coimbra, Maio de 1922.

⁷⁴ «Vida do CADC», *Estudos*, ano VIII, n.º 95-96, Coimbra, Março-Abril de 1930, p. 714.

⁷⁵ «Acta da reunião de 21 de Novembro de 1920», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 16/6/1917 a 6/4/1924, fl. 25v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁷⁶ «Acta da reunião de 11 de Novembro de 1924», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 5v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁷⁷ «Vida do CADC», *Estudos*, ano II, n.º 31-32, Coimbra, Novembro-Dezembro de 1924, p. 433.



Fig. 1 - *Projecto da Casa dos Estudantes catholicos portuguezes*. Sem autor. Sem data. Deste projecto apenas se construiu a parcela do ginásio (à direita). As obras começaram em 1921 e ficaram concluídas em 1924. Proveniência: Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.



Fig. 2 - Sede do CADC desde 1919. Observa-se já erguido o bloco correspondente ao ginásio. A restante parcela da sede permaneceria no estado em que se vê até à construção do novo edifício. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, s/p.

pela sua cooperação, foi nomeado sócio honorário benemérito a 10 de Novembro de 1924 ⁷⁸. Inaugurado nesse ano, o ginásio importou a soma de 67 872\$60 ⁷⁹, paga pela subscrição aberta em 1919 e pelos contributos do bispo D. Manuel Luís Coelho da Silva e de D. António Antunes, que o viria a suceder na mitra de Coimbra em 1936. A falta de verba impediu a prossecução dos trabalhos e parece ter mesmo ditado a simplificação da parcela erguida, pois, do confronto entre o plano gizado e o erguido, sobressai a ausência dos previstos pináculos a rematar cada pilastra e do frontão curvo cortando a cornija, em claro paralelismo com a parte central do corpo primacial ⁸⁰.

A interrupção do processo construtivo não significou, todavia, o abrandamento dos esforços das Direcções seguintes para pôr de pé «o grande sonho» ⁸¹. Aliás, como “ritual obrigatório” a cumprir, era mostrado a todo o que transpunha pela primeira vez os áditos do Centro, o quadro envidraçado, oferta do Professor Doutor António Vasconcelos ⁸², onde se ostentavam, «na imponência das suas linhas, a planta e o alçado do projecto do novo edifício do Centro» ⁸³. Aquele servia, pois, como «instrumento inquisitorial (...) para tormento das consciências daqueles católicos que fingem desconhecer a nossa existência» ⁸⁴. A futura sede, embora apenas no papel, actuava como prova do dinamismo da organização e, sobretudo, como aliciamento de potenciais sócios.

A prometida obra não era, pois, uma simples questão de comodidade, mas de sobrevivência num “mercado” onde a fé enfrentava uma

⁷⁸ «Acta da reunião de 10 de Novembro de 1924», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 5v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁷⁹ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 415.

⁸⁰ Em frente a esta parcela da sede, correspondente ao ginásio, construiu-se mais tarde um muro. Este foi demolido em 1992, no âmbito da remodelação deste bloco, riscada pelo arquitecto António Marques de Figueiredo, para a instalação da Livraria Cultura e Fé. Cfr. *Remodelação para instalação da livraria diocesana, sita na Couraça de Lisboa, por Instituto Universitário Justiça e Paz*, Coimbra, Instituto Português do Património Arquitectónico (Direcção Regional de Coimbra), processo n.º (92) 06.03/36.

⁸¹ António Augusto Marques, «A casa nova e o CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 478.

⁸² «Acta da reunião de 3 de Novembro de 1921», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 16/6/1917 a 6/4/1924, fl. 35v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁸³ Álvaro Júlio da Costa Pimpão, «Com a mão na consciência», *Estudos*, ano IV, n.º 47-48, Coimbra, Março-Abril de 1926, p. 865.

⁸⁴ Álvaro Júlio da Costa Pimpão, «Com a mão na consciência», *Estudos*, ano IV, n.º 47-48, Coimbra, Março-Abril de 1926, p. 865-866.

forte concorrência. Em causa estava, portanto, a eficácia do próprio apostolado. Disso tinham consciência os ceadecistas, constatando que «muitos dos nossos colegas só conseguiremos captá-los acenando-lhes com certo número de vantagens materiais, neste caso a funcionarem como chamariz para a consecução de um fim mais elevado»⁸⁵. Não por acaso o ginásio fora a primeira parcela a ser levantada. Numa época em que a juventude era aliciada «pelo fetichismo de instalações amplas para os exercícios físicos»⁸⁶, um espaço destinado a tal prática era encarado «não só como um admirável meio de cultura física e mesmo de desenvolvimento de carácter (...) mas também como um óptimo auxiliar na propaganda do CADC no meio académico, levando a viver connosco os rapazes que atraídos pelo desporto, se deixem prender pelas belezas da nossa vida cristã»⁸⁷.



Fig. 3 - Perspectiva actual do bloco correspondente ao ginásio, hoje apenas destinado a conferências e reuniões com grande assistência. Fotografia de Rogério Figueira, 2006.

⁸⁵ Diogo de Paiva Brandão, «Luz e calor. Breves notas àcerca da vida de piedade nos últimos anos do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 521.

⁸⁶ José da Silva Dias, «Pensamento e acção. O CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 472.

⁸⁷ «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 114, Coimbra, Junho de 1933, p. 428.

Contudo, se o ginásio tinha vindo equilibrar a competição face a «outras agremiações, como a Associação Académica e a Associação Cristã de Estudantes (protestante), [que] possuem instalações magníficas», a restante fatia da sede permanecia uma «casa arruinada, sem comodidades e sem largueza»⁸⁸ que afastava «os sócios e os conferencistas de casaca»⁸⁹. Além disso, «aos inconvenientes das velhas instalações, acrescia o perigo iminente de se perder o local privilegiado», pois «falava-se, há tempo, e com visos de verdade em ser expropriado o velho casarão, para serviços hospitalares»⁹⁰.

Urgia, portanto, construir. No entanto, «a casa tão almejada não seria erguida aos bocados, até para evitar que, mercê de fatais diferenças de estilo, viesse a parecer feia manta de farrapos novos»⁹¹. A aposta recairia, por enquanto, em melhoramentos materiais pontuais, frequentemente de mera “maquilhagem”⁹², a par do progressivo amealheamento de fundos. Com este fim se levaram a cabo várias iniciativas, das quais sobressaem: a criação da «Liga dos amigos do CADC»⁹³; a publicação de uma provisão

⁸⁸ «Acta da reunião de 12 de Janeiro de 1938», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 105v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁸⁹ António Augusto Marques, «A casa nova e o CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 484.

⁹⁰ «Acta da reunião de 12 de Janeiro de 1938», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 105v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

⁹¹ Soares da Fonseca, «Pedras e espírito», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 1.

⁹² No âmbito dos melhoramentos materiais de menor vulto destacam-se, entre outros, a compra de armários e secretárias para a Biblioteca, fundada a 28 de Novembro de 1920 a partir de um núcleo de livros do Professor Doutor Francisco José Sousa Gomes [«Vida do CADC», *Estudos*, ano V, n.º 50, Coimbra, Junho de 1926, p. 157; Álvaro Júlio da Costa Pimpão, «Com a mão na consciência», *Estudos*, ano IV, n.º 47-48, Coimbra, Março-Abril de 1926, p. 884.]; a aquisição de «divertimentos lícitos», como mesas de ping-pong e bilhares [«Vida do CADC», *Estudos*, ano VII, n.º 81-82, Coimbra, Janeiro-Fevereiro de 1929, p. 645; «Vida do CADC», *Estudos*, ano VIII, n.º 89, Coimbra, Setembro de 1929, p. 235.]; o arranjo das canalizações do balneário [«Vida do CADC», *Estudos*, ano VIII, n.º 89, Coimbra, Setembro de 1929, p. 235.]; a caiação de paredes e pintura de janelas [«Vida do CADC», *Estudos*, ano VIII, n.º 91, Coimbra, Novembro de 1929, p. 354.]; a abertura de um restaurante para os sócios, «de importância tanto maior quanto mais perniciosos são os efeitos do mau convívio, que necessariamente se estabelece à mesa» [«Vida do CADC», *Estudos*, ano IX, n.º 103-104, Coimbra, Novembro-Dezembro de 1931, p. 517.]

⁹³ A esta «liga» podiam pertencer todas as pessoas que dessem anualmente 1\$00 ao CADC. Os nomes dos «amigos» e respectivas quantias oferecidas eram sistematicamente publicados na revista *Estudos* e nos jornais católicos, designadamente no *Correio de Coimbra*. Cfr. «Vida do CADC», *Estudos*, ano V, n.º 50, Coimbra, Junho de 1926, p. 157; «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 114, Coimbra, Junho de 1933, p. 429.

da autoria do bispo D. Manuel Luís Coelho da Silva ⁹⁴ e a concomitante nomeação de uma comissão ⁹⁵ para a recepção e coordenação de donativos; e o acordo firmado com algumas casas comerciais de Coimbra que, em troca de «abatimentos especiais nas compras» ⁹⁶ efectuadas, tinham o seu nome afixado num quadro na sede.

No sentido de dar consistência e legitimidade a todas estas estratégias, recorreu-se a uma autêntica “campanha de marketing”, apostando no que fazia de Coimbra a «cidadela do espírito» ⁹⁷. No ano lectivo de 1932-33, como lembra António Pereira Marques, «para propaganda, procurámos que os mestres nos escrevessem algumas palavras sobre o CADC. Quanto trabalho deu a recolha desses depoimentos, sobretudo ao infatigável presidente de então, Agostinho Baptista! Quantas vezes então, nós, membros da Direcção do CADC dissemos mal dos catedráticos e lhes chamámos indolentes, etc! Mas, enfim, conseguíamos o que queríamos: opiniões autorizadas.» ⁹⁸ Com estas podiam, «com maior autoridade (...) dirigir-se aos católicos portugueses» ⁹⁹.

Gradualmente, algumas obras de maior vulto iam sendo executadas. Entre elas, destaca-se a reconstrução do muro do quintal contíguo ao

⁹⁴ A provisão de D. Manuel Luís Coelho da Silva, intitulada «Uma obra grande e urgentíssima» e datada de 26 de Janeiro de 1933, pode ser integralmente lida em «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 111, Coimbra, Março de 1933, p. 198-199.

⁹⁵ Esta comissão ficou constituída do seguinte modo: padre Luís Lopes Melo, presidente; Manuel Trindade Salgueiro, tesoureiro; engenheiro Abílio Augusto de Sousa Donas Botto; presidente e secretário da Direcção do CADC, secretários. Cfr. «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 111, Coimbra, Março de 1933, p. 199.

⁹⁶ «Vida do CADC», *Estudos*, ano IX, n.º 107-108, Coimbra, Março-Abril de 1932, p. 759.

⁹⁷ Dario Martins de Almeida, «1901-1939. Na inauguração da nova sede do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. II.

⁹⁸ António Augusto Marques, «A casa nova e o CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 482-483. Os seguintes professores universitários deram o seu depoimento sobre o CADC: Anselmo Ferraz de Carvalho; João Gualberto de Barros e Cunha; Luiz Wittnich Carrisso; Pacheco de Amorim; A. Amorim Girão; Eugénio de Castro e Almeida; Ferrand Pimentel de Almeida; António Garcia de Vasconcelos; Manuel Lopes de Almeida; Providência e Costa; José Beleza dos Santos; Cabral de Moncada; José Carlos Moreira; João Pinto da Costa Leite (Lumbrales); Fezas Vital; José Alberto dos Reis; Mário de Figueiredo; Paulo Merêa; F. A. Pires de Lima; Álvaro de Matos; Ângelo da Fonseca; João Porto; Lúcio Rocha; Serras e Silva. Estes depoimentos, recolhidos e publicados num opúsculo, podem ser lidos na totalidade em «O CADC e os mestres», *Estudos*, ano X, n.º 112, Coimbra, Abril de 1933, p. 293-312.

⁹⁹ «O CADC e os mestres», *Estudos*, ano X, n.º 112, Coimbra, Abril de 1933, p. 293.

Jardim Botânico, a respeito da qual foram consultados, entre outros, António de Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira, Luiz Carriso (director do Jardim Botânico) ¹⁰⁰ e António Vasconcelos, este «sobre as condições do terreno e o sítio por onde passava a antiga muralha» ¹⁰¹; a construção de uma placa de betão armado no quintal para a sua adaptação a campo de jogos ¹⁰² e a demolição da escada de acesso ao ginásio para no seu lugar se erigir uma varanda de cimento armado ¹⁰³.

Nestes três empreendimentos, o engenheiro civil Abílio Augusto de Sousa Donas Botto, que havia concluído o curso na Faculdade Técnica da Universidade de Porto em 1922 ¹⁰⁴ e iniciado funções de engenheiro chefe da repartição de obras da Câmara Municipal de Coimbra em 1925 ¹⁰⁵, colaborou gratuita e activamente, quer elaborando plantas e cadernos de encargos ¹⁰⁶, quer dirigindo e fiscalizando os trabalhos ¹⁰⁷, quer ainda cooptando empreiteiros camarários para as obras do Centro ¹⁰⁸. Como forma de reconhecimento, a Direcção dedicou-lhe, na reunião de 28 de Maio de 1928, um voto de louvor ¹⁰⁹ e, a 30 de Maio de 1933, proclamou-o sócio honorário benemérito ¹¹⁰. Sem surpresa, ao mesmo engenheiro se dirigiram “os

¹⁰⁰ «Acta da reunião de 22 de Novembro de 1932», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 166, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁰¹ «Acta da reunião de 27 de Março de 1928», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 63v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁰² «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 109-110, Coimbra, Janeiro-Fevereiro de 1933, p. 120; «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 111, Coimbra, Março de 1933, p. 197; «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 113, Coimbra, Maio de 1933, p. 370.

¹⁰³ «Vida do CADC», *Estudos*, ano X, n.º 116-117, Coimbra, Agosto-Setembro de 1933, p. 647.

¹⁰⁴ *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 32, Lisboa, Agosto de 1939, p. 373.

¹⁰⁵ «Acta da sessão ordinária da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Coimbra do dia 15 de Janeiro de 1925», *Livro de Actas da Câmara Municipal de Coimbra*, n.º 132, 29/5/1924 a 4/6/1925, fl. 73, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, B493.

¹⁰⁶ «Acta da reunião de 29 de Novembro de 1932», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 167v; «Acta de reunião de 13 de Dezembro de 1932», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 169, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁰⁷ «Acta da reunião de 11 de Novembro de 1928», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 75-75v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁰⁸ «Acta da reunião de 18 de Março de 1928», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 62v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁰⁹ «Acta da reunião de 28 de Maio de 1928», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 68, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹¹⁰ «Acta da reunião de 30 de Maio de 1933», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 31/5/1924 a 5/12/1933, fl. 180, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

rapazes”, pedindo-lhe que riscasse a nova sede. Seria, portanto, um ceade-cista a projectar o CADC.

4. A «torre de menagem no alto do burgo académico»

4.1. O projecto

No fim do ano de 1936, o engenheiro Abílio Donas Botto começou a planear a «casa nova para o CADC», servindo-se das informações fornecidas “pelos rapazes”¹¹¹ e dos «apontamentos» outrora redigidos pelo padre Luís Lopes de Melo¹¹². Apresentado à Direcção, em Março de 1937, o projecto «a todos agradou», tendo sido «aprovado por unanimidade», uma vez que «a tudo tinha atendido: à comodidade, à higiene, enfim a todos os requisitos duma casa para estudantes; pois até exteriormente a



Fig. 4 - Engenheiro Abílio Augusto de Sousa Donas Botto. Autor do projecto da nova sede do CADC. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 430.

¹¹¹ «Acta da reunião de 12 de Dezembro de 1936», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 85, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹¹² Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 419.

beleza sóbria em linhas lhe dá um ar majestoso, mas simples que se impõe» ¹¹³.

Seguiu-se o pedido de licença para reconstruir o edifício, submetendo-se, para tal, o projecto à avaliação das entidades competentes. Este requerimento não foi, porém, dirigido, como antes se verificara, por António Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira. Estes haviam vendido à Sociedade Ozanan, ou Sociedade de S. Vicente de Paulo, a 17 de Abril de 1934, o prédio onde se instalara o CADC ¹¹⁴, procurando dessa forma, julgamos, prolongar o subterfúgio encontrado para contornar o ainda vigente “colete-de-forças” legislativo. As conferências de S. Vicente de Paulo, “células-base” da Sociedade Vicentina, eram juridicamente consideradas laicas, tanto ao nível civil como canónico ¹¹⁵, pelo que, ao colocar-se em seu nome a casa do Centro, se afastaria a possibilidade de uma eventual expropriação por parte do Estado.

Na sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra, do dia 1 de Abril de 1937, o referido pedido, formulado pela Sociedade Ozanan, foi «deferido nos termos da informação da Repartição de Obras e segundo pareceres da Inspecção de Saúde e da Comissão de Estética» ¹¹⁶. Contudo, a aparente facilidade com que se obteve o consentimento camarário escondia, na verdade, uma série de anteriores dificuldades levantadas e apenas ultrapassadas graças à intervenção do engenheiro Abílio Donas Botto, chefe da repartição de obras, e de «outras pessoas amigas do Centro» ¹¹⁷.

Entre estas destacou-se, sem dúvida, Ferrand Pimentel de Almeida, docente da Faculdade de Letras e ex-dirigente do CADC ¹¹⁸ que, nesse ano

¹¹³ «Acta da reunião de 2 de Abril de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 90, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹¹⁴ *Livro n.º 137 do notário Jaime Correia da Encarnação. Coimbra*, 17 de Abril de 1934, fl. 26v-28, Arquivo da Universidade de Coimbra. Sem cota.

¹¹⁵ Sebastião Cruz, *Conferências de S. Vicente de Paulo (algumas atinências com o direito concordatário português)*, Coimbra, Ofinas da Atlântida, 1970, p. 9. Sobre a Sociedade Ozanan, cfr. ainda *Regra da Sociedade de S. Vicente de Paulo*, Lisboa, Conselho Nacional de Portugal da Sociedade de S. Vicente de Paulo, 1991; *ABC vicentino*, Lisboa, Sociedade de S. Vicente de Paulo, 1991.

¹¹⁶ «Acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra do dia 1 de Abril de 1937», *Livro de Actas da Câmara Municipal de Coimbra*, n.º 146, de Fevereiro de 1937 a Dezembro de 1937, fl. 21, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, B0 146.

¹¹⁷ «Acta da reunião de 2 de Abril de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 90v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹¹⁸ O Professor Doutor Ferrand Pimentel de Almeida foi presidente do CADC nos

de 1937, era presidente da Câmara Municipal de Coimbra, tendo enquanto tal marcado presença na sessão acima mencionada. A sua actuação foi, certamente, crucial para a aceitação do ponto que mais obstáculos colocava à aprovação do projecto: o alinhamento da fachada principal pela Couraça de Lisboa e não pela frontaria do ginásio, o que, na prática, se traduzia pelo avanço de cerca de metro e meio daquela em relação a esta. Confessando, implicitamente, a influência de que havia beneficiado, a Direcção exarou, em acta, na reunião de 19 de Maio de 1937, «um voto de louvor a S. Ex.^a o Senhor Dr. Ferrand, pelo bom serviço e pelo interesse que tem dado ao CADC, acentuando o esforço empreendido em remover muitas das dificuldades para a construção da futura sede» ¹¹⁹.

No decurso das obras, o projecto sofreu ligeiras modificações ao nível da distribuição das dependências, dos materiais a empregar e da localização do painel de azulejos, com a imagem do Sagrado Coração de Jesus, na fachada. Conservam-se, por isso, no Arquivo do CADC, dois projectos da reconstrução do Centro Académico de Democracia Cristã, o primeiro com data de 3 de Março de 1937 ¹²⁰ e o último de 15 de Junho de 1938 ¹²¹, ao qual foram ainda feitas alterações menores. De acordo com o programa estabelecido, as dependências distribuíam-se por quatro pavimentos. A cave, composta por uma divisão para arrumos, casa de banho, despensa, cozinha, sala de jantar e quatro quartos, fora reservada inicialmente ao «empregado que toma conta do Centro» ¹²², sendo depois destinada a habitação de estudantes ¹²³.

anos lectivos de 1913-14 e 1914-15. Cfr. «Lista cronológica dos presidentes do CADC», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 651.

¹¹⁹ «Acta da reunião de 19 de Maio de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 95v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹²⁰ Abílio Augusto Donas Botto, *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹²¹ Abílio Augusto Donas Botto, *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã*. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹²² Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota; Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã*. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

No rés-do-chão, previra-se, em ambos os projectos, a localização de duas escadas – «uma nobre e outra de serviço» – que serviriam todos os andares, uma sala de sessões de estudo, um refeitório, uma copa, uma cozinha, um bar, um átrio, uma casa de banho, uma barbearia e uma sala de conferências de S. Vicente de Paulo ¹²⁴. Veio, no entanto, a «reconhecer-se a pouca ou nenhuma conveniência do bar» ¹²⁵, pelo que este espaço foi cedido ao arrendatário do restaurante. Por sua vez, na divisão pensada para conferências instalou-se o Secretariado Diocesano da Acção Católica, que acabou por absorver igualmente o espaço destinado à barbearia ¹²⁶.

O primeiro andar, dotado, à semelhança do rés-do-chão e do segundo andar, de uma varanda de betão armado na fachada posterior, foi pensado para acolher a sala de bilhares, a sala de leitura, a biblioteca, a sala de jogos, a Direcção do Centro, uma sala para arrecadação de jogos e outra para a Juventude Escolar Católica ¹²⁷, a qual acabou por se fixar no segundo andar, reservando-se este compartimento para o Arquivo do CADC ¹²⁸. Finalmente, no segundo andar, projectou-se uma sala de ping-pong, duas salas para as conferências de S. Vicente de Paulo, um ginásio, uma sala para a Direcção da revista *Estudos* e outra para a sua administração, uma casa de banho e uma divisão para a arrecadação de jogos ¹²⁹.

¹²³ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 431.

¹²⁴ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota; Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC*, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹²⁵ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 431.

¹²⁶ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 431.

¹²⁷ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota; Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC*, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹²⁸ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 431.

¹²⁹ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de*

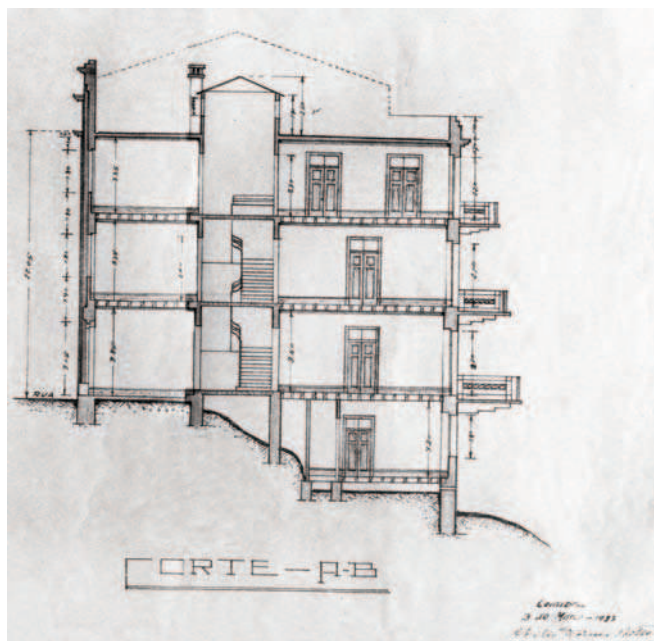


Fig. 5 - Projecto da sede do CADC: corte A-B. Engenheiro Abílio Augusto Donas Botto, 3 de Março de 1937. Proveniência: *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937. Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.



Fig. 6 - Projecto da sede do CADC: alçado posterior. Engenheiro Abílio Augusto Donas Botto, 15 de Junho de 1938. Proveniência: *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã*. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938. Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

Estranha-se que, pensada a sede ao pormenor como “máquina de evangelizar”, não se tenha dedicado uma das dependências à função de capela. Esta veio a ser inaugurada apenas em Março de 1951¹³⁰, por ocasião das bodas de ouro do CADC, adaptando-se um espaço amplo do primeiro andar para esse efeito, hoje profundamente alterado em virtude do estabelecimento, no mesmo local, de um gabinete de trabalho e da transferência da capela, no início dos anos setenta¹³¹, para outra divisória no mesmo piso.

Relativamente aos materiais de construção, as diferenças resumiram-se ao interior e foram, muito provavelmente, ditadas pelo intuito de reduzir os custos. Na memória descritiva e justificativa, assinada em 1937, estipulava-se o emprego de soalho em todos os pavimentos, à excepção do átrio e da cozinha, para os quais se definia o uso de mosaico assente em betonilha, da copa e casas de banho, previsto executar-se em betão armado, e ainda dos corredores, onde se pensou colocar betão armado com blocos de vidro translúcido¹³². Em 1938, optava-se já por aplicar, nos corredores, mosaico assente em betonilha¹³³, restringindo a utilização dos blocos translúcidos à clarabóia em forma de cruz, também idealizada no plano do ano anterior, como meio de iluminar a escada nobre.

Exteriormente, manteve-se, como matéria de eleição, a alvenaria, registando-se uma única transformação. O painel de azulejos com a imagem do Sagrado Coração de Jesus, «desejo do falecido bispo-conde D. Manuel Coelho da Silva»¹³⁴, como fez questão de lembrar o engenheiro Abílio Donas Botto, fora primeiramente planeado para ser assente «inferiormente

reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹³⁰ «Programa», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 505.

¹³¹ Conserva-se, no Arquivo do CADC (sem cota), o «Primeiro estudo do arranjo da capela do Inst. Justiça e Paz», com data de Novembro de 1971.

¹³² Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹³³ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.*

¹³⁴ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.*

na fachada principal»¹³⁵, mas prevaleceu a intenção, registada em 1938, de o assentar «superiormente na fachada principal»¹³⁶.

Sucinta e exclusivamente técnica, a memória descritiva e justificativa, constante tanto no projecto de 1937 como no reformulado em 1938, deixa sem resposta uma questão fundamental: quais os motivos que ditaram o abandono do primeiro projecto, elaborado em 1921 e cenograficamente marcado por um cunho historicista, em favor da estética moderna patente

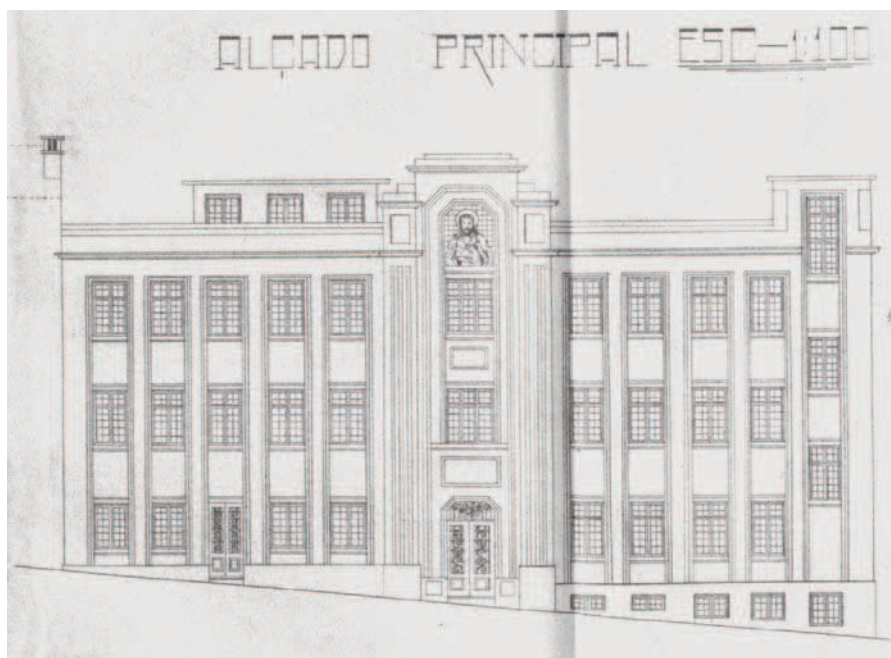


Fig. 7 - Projecto da sede do CADC: alçado principal. Engenheiro Abílio Augusto Donas Botto, 15 de Junho de 1938. Proveniência: *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938. Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.*

¹³⁵ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de uma casa que o Centro Académico de Democracia Cristã pretende reconstruir na Couraça de Lisboa*, Coimbra, 3 de Março de 1937, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹³⁶ Abílio Augusto Donas Botto, «Memória descritiva e justificativa», *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.*

no risco bottiano? Tal interrogação assume contornos ainda mais pertinentes pelo facto de estarmos perante um edifício que contava, na verdade, apenas com uma fachada onde se expor as opções artísticas assumidas, visto que a posterior dava para uma zona restrita do Jardim Botânico e as laterais se encontravam semiocultas devido às pré-existências ¹³⁷ que se levantavam neste local.

As carências económicas e a eventualmente determinante veia artística do engenheiro Abílio Donas Botto não bastam para explicar o que foi, na realidade, uma opção e não mero circunstancialismo. Com efeito, no caso de se ter tratado tão-somente de um contratempo financeiro, poder-se-ia ter enveredado pela simplificação do bloco que permanecia por erguer, à semelhança do que aconteceu com o ginásio. Por outro lado, independentemente das preferências e sensibilidade do autor, o projecto da nova sede teve de passar pelo crivo da Direcção, do assistente eclesiástico, do bispo diocesano e, com probabilidade, pela superintendência de alguns antigos e influentes sócios cujos conselhos eram acatados. Assim sendo, o aplauso suscitado pela proposta bottiana significa que esta viera, necessariamente, ao encontro dos anseios destes protagonistas.

Resta-nos, como via interpretativa, explorar o terreno da semiótica, interrogando a própria arquitectura e descodificando a mensagem por si transmitida. Um edifício coberto com terraço de betão armado, que prescinde exteriormente de materiais nobilitantes e de uma carga decorativa enobrecedora, evidenciando-se antes pelo geometrismo das formas, pelo recorte dos volumes e por uma quase ausência de ornamentação (à excepção do painel azulejar com a imagem do Sagrado Coração de Jesus), materializa, a nosso ver, um dos traços-chave do ideário e da orientação apostólica do CADC: a convicção de que «ser de vanguarda não obriga a não ser católico» ¹³⁸.

Enquanto elite empenhada em aceitar o desafio da evangelização de uma sociedade progressivamente laicizada, os ceadecistas estavam cientes da indispensabilidade de renovar a “forma” para melhor transmitir um

¹³⁷ No lado direito encontrava-se adossado, como referimos, o bloco do ginásio; à esquerda, existia uma casa de outros proprietários que, embora não estivesse adossada à sede do CADC, pouco distava dela, o que limitava a sua percepção. Esta casa veio a ser demolida em data posterior à inauguração da nova sede do CADC, pelo que, hoje, este alçado lateral nos oferece uma «nudez» que, primitivamente, nunca se pensou em exhibir.

¹³⁸ Carlos Diniz da Fonseca, «O problema cultural e o CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 501.

“conteúdo” milenário. A arquitectura desempenhou aqui um papel fundamental, enquanto imagem de marca ou rótulo do produto que albergava. Nesse sentido, o grau de inovação estética assumido esteve em directa correlação com o *modus operandi* democrata cristão, defensor da necessidade de acompanhar a «vida pensante contemporânea, auscultá-la, compreendê-la, para saber como baptizá-la» e de «mostrar que o cristianismo, longe de ser incompatível com o mundo cultural moderno, é capaz de descer até ele, de viver nele, de se aproveitar dele e de lhe transmitir a pouco e pouco, o seu Tesouro Infinito – a Graça Divina»¹³⁹.

A arquitectura moderna, “adoptada” pelo salazarismo, numa fase inicial, enquanto suporte iconográfico do propagandeado discurso da regeneração e do “saneamento” da vida nacional, soube também servir a Igreja, interessada, à semelhança do regime, em afirmar a sua actualidade. O discurso do cardeal patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, na inauguração da polémica igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa¹⁴⁰, a 13 de Outubro de 1938, é bem o reflexo desta instrumentalização e do modo como se “colaram” os princípios do modernismo – depuração formal, desornamentação, adequação da forma ao conteúdo – à mensagem cristã: «Esta igreja, como obra de arte, louva o Senhor pela *sinceridade* virginal com que todos os seus elementos se adaptam à finalidade do conjunto. É obra de *humildade da matéria* servindo a Deus sem afectação nem artificio; é obra de *respeito pela natureza do material* que se não desfigura nem encobre, mas se acha digno de servir ao culto do Deus de verdade que o criou; é obra de *verdade na expressão* que toma, não repetindo fórmulas usadas quanto já falhas de sentido. *Igreja moderna*, pois quer servir a Deus, “Beleza eterna, sempre velha e sempre nova”, na linguagem artística do nosso tempo. Aliás sempre foram modernas todas as formas artísticas do passado em relação ao seu tempo; e nunca foram introduzidas sem protesto as formas novas de uma arte viva, sujeita como tudo o que é humano às fatais transformações do tempo»¹⁴¹.

¹³⁹ Carlos Diniz da Fonseca, «O problema cultural e o CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 496.

¹⁴⁰ Para um conhecimento da polémica em torno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, cfr. *Novidades*, ano LIII, n.º 13654, Lisboa, 13 de Outubro de 1938; *Novidades*, ano LIII, n.º 13655, Lisboa, 14 de Outubro de 1938; Paulo Alexandre dos Santos Costa, «A igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa e arte moderna em Portugal», *Lusitania Sacra*, vol. 12, Lisboa, 2000, p. 413-430; José Carlos Francisco, «O Movimento de Renovação da Arte Religiosa e o papel artístico e pastoral do seu Boletim», *Lusitania Sacra*, vol. 12, Lisboa, 2000, p. 431-438.

¹⁴¹ Manuel Gonçalves Cerejeira, «Na inauguração da igreja de Nossa Senhora de

A posição assumida por D. Manuel Gonçalves Cerejeira não constituiu um mero exercício de retórica perante uma obra já consumada. Partira dele a fixação das três condições fundamentais a que deveria obedecer esta construção: «ser uma igreja, ser uma igreja moderna, ser uma igreja moderna bela»¹⁴². Naturalmente, o autor destas palavras surgia, aos olhos da segunda geração de arquitectos modernos, como o único «sintoma animador»¹⁴³ a registar no então sombrio panorama da arquitectura religiosa contemporânea em Portugal.

O carácter progressista afirmado, na primeira metade do século XX, pelo principal representante da hierarquia católica portuguesa, possibilitou os primeiros e fugazes ensaios de modernidade em edifícios religiosos, abafados por um novo surto de revivalismos na década de quarenta¹⁴⁴ e, por fim, decididamente retomados, a partir dos anos cinquenta, com o surgimento do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR)¹⁴⁵ e do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado (SNIP)¹⁴⁶.

A publicação, em 1953, da «Pastoral sobre Arte Sacra»¹⁴⁷ atesta a consonância do cardeal patriarca com a actuação da Santa Sé, também ela abraçando, desde Pio X¹⁴⁸, a vontade de “digerir” a arte moderna. Saindo em defesa do documento «Instruções sobre Arte Sacra»¹⁴⁹, dado à estampa,

Fátima», em *Obras pastorais*, 2.^a ed., vol. 2, 1936-1945, Lisboa, União Gráfica, 1961, p. 155-156.

¹⁴² «A primeira igreja moderna do Patriarcado», *Novas igrejas*, n.º 1, Lisboa, Janeiro-Março de 1961, p. 2.

¹⁴³ Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP, 1996, p. 12.

¹⁴⁴ José Manuel Fernandes, «Arquitectura religiosa», em *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal. 1950-2000*, coord. de Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 12-29.

¹⁴⁵ Para um maior conhecimento deste movimento, surgido no início da década de cinquenta, cfr. o boletim pelo qual foi responsável: *Movimento de Renovação da Arte Religiosa. Boletim*, Lisboa.

¹⁴⁶ Para um maior conhecimento da actividade exercida por este órgão do Patriarcado, em funcionamento desde o começo da década de sessenta, cfr. *Novas igrejas. Boletim trimestral do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado*, Lisboa.

¹⁴⁷ Manuel Gonçalves Cerejeira, «Pastoral sobre Arte Sacra», *Lumen*, vol. XVII, fasc. V, Lisboa, Maio de 1953, p. 298-302.

¹⁴⁸ Cfr. a encíclica *Tra le Sollecitudini* de Pio X sobre a música sacra (1903), na qual o Papa reflecte sobre a relação da Igreja com o progresso das artes. Está integralmente disponível em versão espanhola no site oficial do Vaticano: http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu-proprio_19031122_sollecitudini_sp.html

¹⁴⁹ Este documento está integralmente transcrito em Manuel Mendes Atanásio, *Arte*

no ano anterior, pela Congregação do Santo Ofício, o texto do patriarca português prima pela aceitação e defesa de um moderno «inteligível», onde a modernidade e a tradição se conjuguem para fazer da arte sacra «arte viva», o que significa «realizá-la com humildade de modo racional, na linguagem adequada e com estilo próprio, submetendo-se às suas exigências materiais, funcionais e espirituais»¹⁵⁰.

Ora, da modernidade subjacente ao projecto da sede do CADC se deduz a influência do pensamento de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, cuja incidência não terá sido alheia à onnipresença, enquanto “correia de transmissão”, do então assistente eclesiástico, Manuel Trindade Salgueiro, nomeado bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa em 1940. Pensamos, deste modo, ter-se tratado de uma opção estética imposta a partir da cúpula do CADC para as suas bases, o que não exclui o desacordo e as possíveis divergências de gosto por parte de sócios.

Verificámos que, diversas vezes, o projecto da casa foi alvo de discussão nas reuniões da Direcção¹⁵¹, embora as suas actas não discriminem a autoria dos argumentos ou os pontos de debate. Desconhecemos, por isso, o grau do conflito e, por conseguinte, o eventual nível de persuasão aplicado aos corpos gerentes ou exercido entre os seus membros. Restamos a certeza de que, no fim do ano de 1937, estes eram unânimes em considerar que o plano riscado por Abílio Donas Botto era «uma sede capaz de atrair os rapazes mais desgarrados»¹⁵². E, num contexto de restauração cristã da sociedade, esta era a exigência fulcral. Não bastava um edifício para evangelizar. Era necessário um edifício que evangelizasse.

4.2. A «longa cruzada da construção»

Anunciado para breve o começo das obras, o Centro instalou-se, provisoriamente, numa casa contígua, o n.º 22 da Couraça de Lisboa, onde estivera alojado o Círculo Académico Feminino Católico (CAFC), cedida

moderna e arte da Igreja. Critérios para julgar e normas de construção, Coimbra, Ministério das Obras Públicas, 1959, p. 253-256.

¹⁵⁰ Manuel Gonçalves Cerejeira, «Pastoral sobre Arte Sacra», *Lumen*, vol. XVII, fasc. V, Lisboa, Maio de 1953, p. 300, 302.

¹⁵¹ Cfr. *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 95v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁵² «Acta da reunião de 18 de Novembro de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 101, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

pela sua directora, a madre superiora do Colégio de Santa Isabel, na condição de ser paga uma renda mensal de 550\$00. Foi ainda autorizado ao CADC a abertura de uma porta de comunicação entre essa habitação e o campo de jogos, o que, a somar às «excelentes condições, de situação e de espaço», tornava esta casa «ideal para o fim em vista»¹⁵³. Durante os dias 30 de Abril e 1 de Maio procedeu-se à mudança para a sede temporária e, a 3 de Maio de 1937, tinha início a demolição da velha morada do CADC¹⁵⁴.

O ambiente então vivido, pleno de emoções e expectativas, seria relatado fielmente pelo então presidente, Francisco Dias Sarreira, num artigo publicado no jornal *Novidades*: «Calcula-se a alegria de todos os rapazes ao verem desaparecer a casa antiga, tão carregada de tradições, – e que era a esperança segura de que a aspiração de tantos rapazes ia finalmente realizar-se. Deve no entanto observar-se que a nossa alegria era nimbada por uma grande saudade. Dentro dessas velhas paredes tinham decorrido os sonhos, os projectos e os sacrifícios de apostolado de muitas gerações. Houve até quem chorasse ao ver tirar as primeiras telhas da casa que tinha sido a sede do CADC. E as obras foram decorrendo em ritmo normal. Os alicerces, em alguns pontos fundíssimos, levaram muito tempo a cavar, e ainda mais tempo a encher. Para nossa ansiedade, cada dia que passava parecia eterno, até que, à superfície começaram a surgir as paredes novas que se nos afiguravam uma aurora. No momento em que foi lançada a primeira varanda, a nossa alegria pareceu-nos não ter limites e era de ver então a “malta” a trepar pelos andaimes, conversando amigavelmente com os operários e a mirar constantemente os trabalhos que se iam efectuando com uma lentidão difícil de suportar pela nossa ânsia de rapidez»¹⁵⁵.

Nesta «longa cruzada da construção»¹⁵⁶, o engenheiro Abílio Donas Botto constituiu um agente decisivo «como técnico distinto e como cristão fervoroso»¹⁵⁷, tendo acompanhado meticulosamente os trabalhos e nunca

¹⁵³ «Acta da reunião de 2 de Abril de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 90v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁵⁴ «Acta da reunião de 2 de Abril de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 90v; «Acta da reunião de 5 de Maio de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 92v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁵⁵ Francisco Dias Sarreira, «Depondo...», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 5.

¹⁵⁶ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 425.

¹⁵⁷ Manuel Trindade Salgueiro, «In memoriam», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 168.

cobrado qualquer honorário ¹⁵⁸. Contudo, pese embora a sua voluntariedade, as verbas disponíveis esgotaram-se, em grande parte, com a escavação dos alicerces, o lançamento das paredes e a compra dos primeiros materiais ¹⁵⁹, inflacionados devido ao recrudescimento da guerra civil espanhola e das tensões relativas à possível deflagração de um segundo conflito mundial.

Uma nova provisão bispal, com data de 31 de Outubro de 1937 (festa de Cristo-Rei ¹⁶⁰), declarava não haver dinheiro «nem para metade da casa

¹⁵⁸ Transcrevemos aqui o testemunho de D. Manuel Trindade Salgueiro, bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa desde 1940 e assistente eclesiástico do CADC entre 1935 e 1941, que conviveu com o engenheiro Abílio Donas Botto, com vista a dar a conhecer, com maior profundidade, a actuação deste enquanto dirigente das obras do CADC: «Sério em tudo, o Sr. engenheiro Donas Botto não se poupava a sacrifícios, para que as obras de que se encarregara sássem perfeitas. Podem discutir-se pormenores de construção, admitem-se divergências de processos e de gosto; mas ninguém poderá negar-lhe competência profissional e seriedade moral. (...) Tudo o que aí está foi estudado, visto e revisto cuidadosamente por ele. Absorvido por mil trabalhos, era natural que descansasse em alguns dos seus empregados, que os tinha dedicados e sabedores. Todavia, a sua consciência não se satisfazia com a direcção alheia. Pessoalmente assistia, com pontualidade matemática, à realização dos trabalhos de maior melindre. Na construção das varandas e terraços, o seu cuidado atingia tal meticulosidade, que a muitos parecia excessiva. (...) O nosso engenheiro, como os rapazes carinhosamente lhe chamavam, vigiava tudo com cuidado (não o teria maior se de obra sua pessoal se tratasse) e constantemente palmilhava as ruas da Baixa, batendo a portas de casas numerosas, para verificar onde podia obter pelos preços mais acessíveis os artigos de que precisava para a construção. Claro, que todo esse trabalho o realizava por preocupações de técnico. Mas tais preocupações eram ainda mais instantes por imposição da sua consciência de cristão. Daí, uma delicadeza inexcedível de processos. Para o cristão, o trabalho era uma espécie de reza. E, porque sabia a magreza dos recursos, e tinha a nítida compreensão da importância da obra, nunca ele quis apresentar a nota dos seus honorários. O desinteresse, a solicitude e o amor foram notas dominantes deste cristão exemplar». Cfr. Manuel Trindade Salgueiro, «In memoriam», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 168-169.

¹⁵⁹ O orçamento da sede ceadequista, elaborado por Abílio Donas Botto, previa um custo total de 608 104\$00, sendo 249 623\$00 para mão-de-obra e 358 481\$00 para os materiais. Cfr. Abílio Augusto Donas Botto, *Projecto de reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. CADC*, Coimbra, 15 de Junho de 1938, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁶⁰ O dia da Acção Católica celebra-se anualmente na festa de Cristo-Rei, instituída por Pio XI, em 1925, para significar a ideia de “realeza social de Cristo”, a concretizar pela acção de todos os fiéis católicos, sob orientação da hierarquia eclesial. A encíclica *Quas Primas* de Pio XI, através da qual se institui a festa de Cristo-Rei, pode ser integralmente lida em versão inglesa no *site* oficial do Vaticano: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_11121925_quas-primas_en.html

em construção» e, por conseguinte, ordenava um peditório em todas as igrejas e capelas da diocese, advertindo e sublinhando que «esta obra não é só dos católicos, esta obra é de todos os portugueses, que se interessam pelo bem da nossa pátria – que um forte baluarte da ordem, não sendo nunca para desprezar, é-o ainda menos no momento conturbado e incerto em que vivemos» ¹⁶¹.

As esmolas resultantes trouxeram alento, mas revelaram-se insignificantes para o «sorvedouro da construção» ¹⁶². Chegara o momento de invocar a intervenção directa do cardeal patriarca. Em Dezembro de 1937, a Direcção do CADC, que jamais deixou de acompanhar o percurso académico e eclesiástico de Manuel Gonçalves Cerejeira e de contar com a sua participação mais ou menos discreta nas iniciativas consumadas, pedia-lhe «para se interessar pela construção da (...) nova sede» ¹⁶³. A resposta não tardou e, com ela, vinha a promessa de auxiliar “os rapazes”, «propondo o problema na reunião dos Ex.^{mos} prelados, a realizar em breve» ¹⁶⁴.

O documento então redigido pelos corpos gerentes, com vista a ser apresentado ao episcopado no encontro agendado, traçava a «situação aflitiva» enfrentada pelo Centro, rogando uma contribuição de cada diocese para que as obras se terminassem dentro de um ano, «para bem da Igreja e de Portugal» ¹⁶⁵. Jogavam-se, para lidimar tal solicitação, os dois trunfos guardados na manga, rematando-se que, embora não fosse altura de «recordar largamente os benefícios de ordem moral e religiosa prestados», «não será nunca ocioso esclarecer que foi do CADC que saíram duas altas figuras de chefes diante dos quais nos prostramos sincera e reverentemente, que, pela sua acção, um na ordem espiritual e outro na ordem temporal, renovaram, por assim dizer a face da terra portuguesa» ¹⁶⁶.

¹⁶¹ António Antunes, «Provisão sobre as obras do CADC», *Estudos*, ano XIV, n.º 160-161, Coimbra, Outubro-Novembro de 1937, p. 452.

¹⁶² Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 421.

¹⁶³ «Acta da reunião de 12 de Dezembro de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 104v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁶⁴ «Acta da reunião de 12 de Dezembro de 1937», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 104v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁶⁵ «Acta da reunião de 12 de Janeiro de 1938», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 106-106v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁶⁶ «Acta da reunião de 12 de Janeiro de 1938», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 106, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

A protecção do cardeal patriarca e a sua intercessão junto dos inúmeros bispos, frisando «a razão que assistia aos rapazes de Coimbra» ¹⁶⁷, veio a mostrar-se frutífera ¹⁶⁸. Apesar disso, no ano lectivo de 1938-39 ainda se contraiu um empréstimo ¹⁶⁹ e foi publicada uma circular, escrita por D. António Antunes, apelando uma última vez, com laivos de comoção, à generosidade dos «católicos de Portugal» ¹⁷⁰. Paralelamente, em Julho de 1938, com vista a economizar a renda paga pela casa onde transitoriamente se acomodaram, resolveu-se «aprontar um andar da nova sede para nele se instalar já o CADC» ¹⁷¹. Em Agosto de 1938 procedeu-se à mudança do mobiliário, depositado no CAFC, para o ginásio e, a 15 de Outubro de 1938, transferiram-se os móveis para o piso recém concluído, no qual o Centro passou a funcionar «embora um pouco acanhadamente» ¹⁷².

As obras não voltaram a ser interrompidas. O seu termo, assinalado pela colocação, em cumprimento do voto formulado em 1920, do painel de azulejos com a imagem do Sagrado Coração de Jesus ¹⁷³, pintado por F. Pereira em 1939 e executado em Águeda ¹⁷⁴, foi interpretado como «um milagre de solidariedade e generosidade» ¹⁷⁵, sem que para ele «as instâncias oficiais tivessem contribuído, nem com um centavo sequer» ¹⁷⁶. Contudo, não estamos completamente convencidos de que assim tenha sido.

¹⁶⁷ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 421.

¹⁶⁸ Ficou decidido que as arquidioceses de Braga e Évora e as dioceses de Lisboa, Porto e Coimbra contribuísem, em prestações, com 15 000\$00 cada [9 000\$00, segundo Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 421.]. Entre as restantes dioceses, as mais pobres (Beja, Faro, Leiria e Açores) contribuiriam com 4 500\$00 e as outras (incluindo a Madeira) com 6 000\$00. Cfr. «Acta da reunião de 2 de Fevereiro de 1938», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 107v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁶⁹ Carlos Diniz da Fonseca, «Construir», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 5.

¹⁷⁰ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 423.

¹⁷¹ «Efemérides», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 564.

¹⁷² «Efemérides», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 564-565.

¹⁷³ Manuel Trindade Salgueiro, «In memoriam», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 164.

¹⁷⁴ Informação inscrita no próprio painel.

¹⁷⁵ «A inauguração do novo edifício do CADC», *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 905, Coimbra, 2 de Dezembro de 1939, p. 4.

¹⁷⁶ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 424.

Com efeito, preserva-se na secção de correspondência oficial referente a obras públicas, do Arquivo de Oliveira Salazar, passível de consulta na Torre do Tombo, uma pasta dedicada à reconstrução e ampliação da sede do CADC. Dela consta um exemplar do projecto, com as respectivas peças desenhadas, memória descritiva e orçamento, assinados por Abílio Donas Botto a 15 de Junho de 1938. Acompanhando estes documentos, encontra-se uma carta do bispo D. António, dirigida a António Oliveira Salazar, com data de 28 de Junho de 1938. Nela o prelado expõe o seguinte: «Só hoje posso enviar a Vossa Excelência, com os meus melhores cumprimentos, os pedidos de auxílio para a conservação dos edifícios do Seminário de Coimbra e para a construção da casa do CADC, acerca dos quais foi falar com Vossa Excelência o Sr. cônego Tomaz, a meu pedido, em Março último. De harmonia com as indicações de Vossa Excelência, o pedido relativo às obras do Seminário, com a respectiva documentação, é dirigido ao Ex.^{mo} Sr. ministro das Obras Públicas, mas vai ser entregue ao digníssimo chefe do Gabinete da Presidência, para que o apresente a Vossa Excelência em ocasião oportuna e depois o faça chegar, sob o valioso patrocínio de Vossa Excelência, até à repartição própria. O pedido para a comparticipação do Estado na construção do CADC, com toda a documentação necessária, vai dar entrada na respectiva Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Mas igualmente espero e peço que Vossa Excelência o patrocine também, apressando quanto possível o deferimento, para que as obras não tenham de parar. À parte, com os documentos que dizem respeito às obras do Seminário, será entregue, para uso de Vossa Excelência, um duplicado do projecto (sem indicações de carácter técnico) do edifício do CADC. Por ele poderá apreciar o empreendimento a que meteu ombros o meu saudoso antecessor, e que eu espero levar a cabo com o auxílio de Vossa Excelência e de todos os Excelentíssimos prelados do Continente»¹⁷⁷.

Desconhecendo-se a resposta do chefe do Governo a esta solicitação, parece-nos, não obstante, ser possível deduzir que António Oliveira Salazar estava ao corrente da reconstrução da sede e imprimiu alguma celeridade às engrenagens burocráticas tendentes à eventual concessão de um auxílio financeiro. Conquanto não tenhamos conseguido apurar se esta comparticipação se veio ou não a concretizar, podemos, com segurança,

¹⁷⁷ *Reconstrução e ampliação do CADC – Centro Académico de Democracia Cristã (1938)*, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo de Oliveira Salazar, AOS/CO/OP-1B (capilha n.º 4).

afirmar que a rapidez anormal com que o caso do CADC começou a ser, de forma “animadora”, ponderado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (dias após a recepção da carta acima mencionada), deixa transparecer um empenho “encomendado” a partir das mais altas esferas do poder.

Neste sentido aponta o processo de três páginas, relativo à «Reconstrução e ampliação de Centro Académico de Democracia Cristã»¹⁷⁸, que se encontra na Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro. A troca de ofícios entre o director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Henrique Gomes da Silva, e o director dos Edifícios do Centro, António Pinheiro da Mota Coelho, entre Julho e Setembro de 1938, revela a atenção prestada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações à reedificação do CADC, ponderando aquele a possibilidade de atribuir a este verbas do Fundo de Desemprego. Embora apenas se conserve o último parecer positivo de António Coelho e não a decisão final da DGEMN, é possível concluir que, a ter-se efectivado tal contribuição monetária por parte do Estado, ela apenas beneficiou o remate das obras, pois em Setembro de 1938 já se encontravam «efectuados todos os trabalhos de alvenaria, cimento armado e quase toda a carpintaria de limpos, faltando apenas a cobertura e guarnecimentos»¹⁷⁹.

No entanto, mais significativo do que a confirmação ou rejeição de tal hipótese, é a certeza de existirem «entidades interessadas»¹⁸⁰ neste processo construtivo. A par de uma intervenção directa e a título individual, como sucedeu com D. Manuel Gonçalves Cerejeira, infere-se, deste modo, uma intercessão indirecta, posta em marcha através dos “canais oficiais”. Disso foram exemplo a súbita beneficência do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, tal como a não menos repentina filantropia do Ministério das Finanças que, em Fevereiro de 1936, endereçou um cartão

¹⁷⁸ *Reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. 1938-1939*, Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, 06/11/48-06 (antigo processo n.º 1303).

¹⁷⁹ «Ofício de António Pinheiro da Mota Coelho para o engenheiro director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 21 de Setembro de 1938», *Reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. 1938-1939*, Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, 06/11/48-06 (antigo processo n.º 1303).

¹⁸⁰ «Ofício do engenheiro director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para o engenheiro director dos Edifícios do Centro. 2 de Julho de 1938», *Reconstrução e ampliação do Centro Académico de Democracia Cristã. 1938-1939*, Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, 06/11/48-06 (antigo processo n.º 1303).

à Direcção do Centro indicando «a forma de reclamação contra a pesada contribuição com que o CADC foi tributado»¹⁸¹. Se não fosse, desde logo, óbvia a mão que fez mover a marioneta, valeria a pena acrescentar que, em Janeiro desse ano, a Direcção havia dirigido «particularmente um officio ao Dr. Oliveira Salazar pedindo-lhe o favor de (...) arranjar a forma de diminuir a enorme contribuição urbana que (...) foi lançada», ao que o chefe do Governo respondeu que «nada poderia fazer»¹⁸².

4.3. A inauguração e a recepção do novo edifício

A 1 de Dezembro de 1939 inaugurou-se solenemente a nova sede¹⁸³. A data revestia-se de um duplo simbolismo que não passaria despercebido. Este dia, no qual se comemora a Restauração da independência, era, tradicionalmente, «o da reunião de confraternização entre antigos e novos sócios»¹⁸⁴. A analogia de significações foi explicitamente salientada pela imprensa católica, desde logo, nos seus cabeçalhos: «A história do CADC é página necessária e gloriosa da Restauração Cristã de Portugal na primeira metade do século XX»¹⁸⁵, sublinhou *A Voz* no título de abertura desse dia.

O próprio episcopado não se furtaria a tal correspondência, como evidência o testemunho de D. José Alves Correia da Silva, bispo de Leiria,

¹⁸¹ «Acta da reunião de 3 de Fevereiro de 1936», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 60v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁸² «Acta da reunião de 14 de Janeiro de 1936», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 57v; «Acta da reunião de 21 de Janeiro de 1936», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 12/12/1933 a 7/11/1939, fl. 59v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁸³ Na véspera, dia 30 de Novembro de 1939, D. António Antunes abençoou a casa e benzeu os crucifixos destinados às diversas divisões. Descerraram-se ainda, em cumprimento do voto formulado na última assembleia-geral, os retratos de D. António Antunes, de D. Manuel Trindade Salgueiro, sucessor de Luís Lopes Melo no cargo de assistente eclesiástico do Centro, e do engenheiro Abílio Donas Botto. Cfr. «O novo edifício do CADC foi ontem benzido pelo senhor bispo-conde», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 8; «As cerimónias da inauguração do CADC prometem revestir-se de excepcional imponência e brilho», *A Voz*, ano XIII, n.º 4585, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 1; «J.U.C. Vida do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 568-569.

¹⁸⁴ «A inauguração do novo edifício do CADC. Programa das festas e programa de realizações» [entrevista ao presidente do CADC, José Silva Dias], *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 902, Coimbra, 11 de Novembro de 1939, p. 2.

¹⁸⁵ *A Voz*, ano XIII, n.º 4585, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 1.

que, ao jornal *Novidades*, declarou ter sido «muito bem escolhido o 1.º de Dezembro para a sua inauguração. Este dia comemora a revolução de 1640 que resgatou Portugal de um humilhante cativeiro – longo de anos e ruínas. Os rapazes do CADC conseguiram também arrancar à ignorância religiosa e ao respeito humano tantas almas jovens que hoje são a sua glória e ocupam lugares proeminentes na sociedade portuguesa»¹⁸⁶.

O programa das festas, às quais presidiu o cardeal patriarca, foi anunciado e acompanhado por vários jornais católicos, designadamente *A Voz*,



Fig. 8 - Nova sede do CADC, inaugurada a 1 de Dezembro de 1939. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, s/p.



Fig. 9 - A sede do CADC na actualidade (Instituto Justiça e Paz). Fotografia de Rogério Figueira, 2006.

¹⁸⁶ José Alves Correia da Silva, «Sacrifício, amor, perseverança», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 3.

O Correio de Coimbra e as *Novidades* ¹⁸⁷, e depois pormenorizadamente relatado na revista *Estudos* de Dezembro de 1939. A Rádio Renascença prestou-se também a publicitar diariamente, desde Novembro, a inauguração do edifício e dedicou-lhe mesmo, no dia 30 desse mês, uma hora de emissão ¹⁸⁸.

As cerimónias tiveram início às 9h30, do dia 1 de Dezembro, com missa na Sé Nova, à qual se seguiu o «bodo aos pobres», patrocinado em parte pelo reitor da Universidade. A partir das 15h30 decorreu, no salão do ginásio, a sessão da tarde, aberta pelo padre Manuel Trindade Salgueiro e concluída com a intervenção de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. O jantar de confraternização entre antigos e novos sócios encerrou as festividades ¹⁸⁹.

As comemorações contaram com a presença não só dos ceadecistas da velha e nova guarda, mas também das autoridades eclesiásticas, municipais, académicas, militares e judiciais, tal como de inúmeros organismos da Acção Católica ¹⁹⁰. Dos convidados ausentes receberam-se numerosos «telegramas de parabéns», entre os quais se destaca o de António Oliveira Salazar que, «no meio das suas ocupações absorventes, quis que o dia 1.º de Dezembro não passasse sem fazer chegar a velhos e novos o calor das suas felicitações, em testemunho do muito e muito que amou o Centro» ¹⁹¹. Na verdade, este ausio demonstra e assevera a lógica praticada pelo presidente do Conselho nas relações públicas com a Igreja. Sempre que era esta a deter em exclusivo a responsabilidade do evento e, por conseguinte, a

¹⁸⁷ A Direcção determinou previamente quem deveriam ser os autores dos artigos a publicar sobre o CADC. Cfr. «Acta da reunião de 7 de Novembro de 1939», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 7/11/1939 a 27/11/1945, fl. 2v, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁸⁸ «Acta da reunião de 14 de Novembro de 1939», *Livro de Actas da Direcção do CADC*, 7/11/1939 a 27/11/1945, fl. 3, Arquivo do CADC de Coimbra. Sem cota.

¹⁸⁹ «J.U.C. Vida do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 570-578.

¹⁹⁰ Podem ser consultados os nomes das figuras mais representativas que participaram nas comemorações em: «A inauguração da nova sede do CADC revestiu imponência, entusiasmo e brilho excepcionais», *A Voz*, ano XIII, n.º 4586, Lisboa, 3 de Dezembro de 1939, p. 1, 3, 4, 6; *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 905, Coimbra, 2 de Dezembro de 1939, p. 1, 4.

¹⁹¹ «J.U.C. Vida do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 578. Transcrevemos aqui o telegrama enviado por António Oliveira Salazar à Direcção do CADC: «Cumprimento V. Excelências pela solene inauguração nova sede CADC e lembrando benemerências passadas da instituição faço mais ardentes sinceros votos suas prosperidades no futuro». Cfr. «J.U.C. Vida do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 578.



Fig. 10 - Aspecto da assistência à missa do dia 1 de Dezembro de 1939 na Sé Nova. Destacam-se autoridades académicas, civis e militares, bem como antigos presidentes do CADC. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, s/p.



Fig. 11 - Administração da comunhão aos estudantes ceadecistas na missa do dia 1 de Dezembro de 1939 na Sé Nova. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, s/p.

“autoridade máxima”, o “chefe da Revolução Nacional” primou pelo afastamento, evitando ocupar um papel e um lugar – o de crente – que o submetesse a uma hierarquia onde não assenhoreava o cume.

Não sendo o objectivo deste artigo a narração minuciosa dos vários actos da celebração deste dia, importa, todavia, pôr em destaque os denominadores comuns que atravessam os discursos proferidos e os artigos publicados em torno de tal ocasião. Através deles é possível perscrutar os significados atribuídos ao edifício, os quais explicam a ausência de um debate estético, abafado pelo peso religioso, institucional e político de que se revestiu a abertura da casa.

Equiparada a uma «torre de menagem no alto do burgo universitário» ou a «um soldado» envergando «uniforme de gala para celebrar uma grande vitória»¹⁹², a nova sede simbolizou, antes de mais, «o triunfo duma ideia, posta a germinar há quase quatro décadas»¹⁹³, ou seja, a irreversibilidade do processo de reconquista cristã, em trono do qual as hostes ceadecistas se haviam unido, exercendo a «Acção Católica muito antes de se lançarem em todo o país as bases desse generosos e necessário exército de paz»¹⁹⁴.

«Padrão da fé e da coragem da mocidade»¹⁹⁵ ou, como lhe chamaria D. Manuel Gonçalves Cerejeira, «a cidade de Cristo, no meio académico»¹⁹⁶, o edifício foi sobretudo encarado como «templo do espírito»¹⁹⁷, tendo a sua faceta de objecto artístico sido remetida para segundo plano, de modo a evitar «fazer surgir a alguém o pensamento de que as modernas gerações ceadecistas, descurando os aspectos espirituais, se preocupam sobremaneira com os aspectos materiais desta Instituição criada na Cidade Doutora para afirmar vigorosamente o eterno primado do espírito»¹⁹⁸.

¹⁹² Tomás de Gambôa, «Uma voz do CADC de há 36 anos», *Novidades*, ano LIV, n.º 14062, Lisboa, 4 de Dezembro de 1939, p. 3.

¹⁹³ Manuel Trindade Salgueiro, «Palavras de justiça (Notas para a história do novo edifício do CADC)», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 413.

¹⁹⁴ Manuel Trindade Salgueiro, «Horas de júbilo», *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 905, Coimbra, 2 de Dezembro de 1939, p. 1.

¹⁹⁵ «A inauguração do novo edifício do CADC», *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 905, Coimbra, 2 de Dezembro de 1939, p. 4.

¹⁹⁶ Manuel Gonçalves Cerejeira, «O assalto a Portugal», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 1.

¹⁹⁷ Carlos Diniz da Fonseca, «Construir», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 5.

¹⁹⁸ Carlos Diniz da Fonseca, «Construir», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 5.



Fig. 12 - Aspecto da mesa da presidência durante a sessão solene da tarde, na sede do CADC. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, s/p.



Fig. 13 - D. Manuel Gonçalves Cerejeira discursando na sessão solene, na sede do CADC, no dia 1 de Dezembro de 1939. Proveniência: *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, s/p.

Consequentemente, a par de pontuais epítetos consensualmente atribuídos – «casa moderna»¹⁹⁹, «digna da sua missão»²⁰⁰, «palácio»²⁰¹, «grandiosa sede»²⁰², «monumental edifício»²⁰³, «novo e majestoso»²⁰⁴, «de linhas modernas e elegantes»²⁰⁵ – os raros comentários tecidos a seu respeito esforçaram-se, precisamente, por esclarecer que «mudou a casa, mudou o cadáver, dum casarão desmantelado, fez-se uma sede arejada e confortável; mas a alma, mas a ideia-directriz, mas o calor espiritual, mas a vida plena permanecem as mesmas, mantêm-se inalteráveis»²⁰⁶. Assegurava-se, portanto, que «a nova casa, vistosa, bem mobilada, cheia de conforto, não virá a ser um simples *club* com muito barulho e pouca vida (...), não irá agora tomar ares de novo-rico»²⁰⁷, ou ainda que ela «possui apenas aquelas comodidades a que o homem moderno se habituou já de maneira a considerá-las indispensáveis, mas não ostenta o luxo provocador do temido amolecimento das faculdades da vida interior e da acção»²⁰⁸.

Por outro lado, a inauguração do recém construído prédio correspondia à concretização do «sonho lindo de tantas gerações»²⁰⁹ e, em especial, do

¹⁹⁹ Soares da Fonseca, «Pedras e espírito», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 1.

²⁰⁰ «J.U.C. Vida do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 575.

²⁰¹ «Está aberta a Escola de extensão da Universidade de Coimbra: hoje há no céu alegria maior», *Novidades*, ano LIV, n.º 14061, Lisboa, 3 de Dezembro de 1939, p. 1.

²⁰² José de Lencastre, «Primeiro lar do CADC», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 4.

²⁰³ «A inauguração da nova sede do CADC revestiu imponência, entusiasmo e brilho excepcionais», *A Voz*, ano XIII, n.º 4586, Lisboa, 3 de Dezembro de 1939, p. 1.

²⁰⁴ «A inauguração do novo edifício do CADC. Programa das festas e programa de realizações» [entrevista ao presidente do CADC, José Silva Dias], *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 902, Coimbra, 11 de Novembro de 1939, p. 4.

²⁰⁵ «A inauguração do novo edifício do CADC. Programa das festas e programa de realizações» [entrevista ao presidente do CADC, José Silva Dias], *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 902, Coimbra, 11 de Novembro de 1939, p. 2.

²⁰⁶ José da Silva Dias, «Pensamento e acção. O CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 470.

²⁰⁷ António Augusto Marques, «A casa nova e o CADC de sempre», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 483.

²⁰⁸ Diogo de Paiva Brandão, «Luz e calor. Breves notas àcerca da vida de piedade nos últimos anos do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 521.

²⁰⁹ Carlos Diniz da Fonseca, «Ala! Arriba! Ó gente moça!», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 542.

«sonho doirado do grande bispo, Dom Manuel Luís Coelho da Silva»²¹⁰, tornado real graças aos «sacrifícios de todos os católicos de Portugal»²¹¹. Representando, na expressão dos seus sócios, «a Terra da Promissão (...) porque sonhávamos constantemente com ela e porque ambicionávamos delirantemente com ela»²¹², a nova casa dificilmente seria criticada. Um passado de “nomadismo” e de dificuldades materiais, ao qual se juntava um “doloroso” processo construtivo²¹³, garantiram, logo à partida, a adesão emocional de todos os que estavam ligados ao CADC.

Finalmente, a abertura da sede definitiva revestiu-se de conotações políticas, frisando-se o papel do Centro enquanto «escola de chefes»²¹⁴, onde «os que haviam de trabalhar pela restauração da pátria portuguesa a que temos assistido, afinaram as suas armas para a luta»²¹⁵. Simbólica foi, neste contexto, a intervenção do cardeal patriarca no encerramento da sessão de discursos, ao declarar que o «assalto a Portugal» estava dado pois «não há terra portuguesa onde o incêndio não tenha chegado; os filhos desta casa ocupam já as principais posições de Portugal»²¹⁶.

Em diversos momentos, de forma mais ou menos directa, a conexão entre o Centro e os “caudilhos” do poder temporal e espiritual da nação foi realçada. Se o bispo de Coimbra, D. António Antunes, a ela aludiu, de forma abstracta, lembrando que «por aqui passaram muitos dos que no

²¹⁰ António Antunes, «O CADC de Coimbra já tem a casa de que muito carecia e que muito bem merecia», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 3.

²¹¹ António Augusto de Castro Meireles, «A oração do Senhor bispo do Porto», *Novidades*, ano LIV, n.º 14061, Lisboa, 3 de Dezembro de 1939, p. 1.

²¹² Carlos Diniz da Fonseca, «Construir», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 5.

²¹³ Veja-se, por exemplo, a descrição que do processo construtivo faz Tomás de Gambôa: «Pedra sobre pedra, sacrifício sobre sacrifício, heroísmo sobre heroísmo, vieram-se alteando estas paredes. Dir-se-ia que na sua carcassa estão amassados bocados de almas. Tinha se ser assim a construção desta forja de católicos, onde a inteligência e o coração de tantos se tem temperado para a batalha em prol do Portugal mais cristão que começamos a ser». Cfr. Tomás de Gambôa, «Uma voz do CADC de há 36 anos», *Novidades*, ano LIV, n.º 14062, Lisboa, 4 de Dezembro de 1939, p. 3.

²¹⁴ António García, «Intrepidez e vitória», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. 549.

²¹⁵ Liberato Tomé, «Breves notas sôbre o CADC do meu tempo», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 5.

²¹⁶ Manuel Gonçalves Cerejeira, «Palavras de S. Em.^{cia} o Senhor cardeal patriarca na sessão solene inaugural da nova sede do CADC», *Estudos*, ano XVI, n.º 182, Coimbra, Dezembro de 1939, p. VI.

momento presente presidem aos destinos da Igreja e da pátria»²¹⁷; Manuel Abranches Martins, antigo presidente da organização²¹⁸, não deixaria margem para dúvidas ao declarar, na sessão solene, que «tem sido enorme a sua [do CADC] influência no campo das ideias, principalmente em doutrina social cristã. A ideia corporativa, segundo hoje se entende, teve, por exemplo, no CADC, o seu início e calorosa defesa, entre nós. O nosso nacionalismo, condicionado pelo universalismo cristão, igualmente. E, se quiséssemos referir o que significam como pessoas e ideal Cerejeira e Salazar (sem descortesia para outros), teríamos tecido porventura o maior elogio do CADC»²¹⁹.

O dia 1 de Dezembro de 1939 significou, em várias dimensões, um ponto de chegada. A sede inaugurada para servir o amanhã foi sobretudo interpretada em função de um ontem. Adquiriu, por isso, no momento exacto do seu presente, o estatuto de “monumento”, entendido, no sentido literal da palavra, como espaço de invocação, recordação e celebração de um percurso passado. Hoje, o mesmo edifício permanece como partida para a compreensão da participação do CADC no movimento social católico português, convidando, uma vez mais, os que com ele se deparam, a um exercício de analepse.

5. Conclusão

A sede do CADC de Coimbra é fruto de duas campanhas construtivas, separadas entre si por mais de uma década. O edifício que as une reconcilia, por isso, no plano físico, momentos distintos, tanto da evolução da organização, como do contexto político, ideológico e social em que se inscrevem. Inevitavelmente, estes antagonismos extravasam para o campo formal, manifestando-se nas diferenças das linguagens estilísticas adoptadas. Aplica-se, portanto, ao objecto de estudo abordado, a certa afirmação de

²¹⁷ António Antunes, «O CADC de Coimbra já tem a casa de que muito carecia e que muito bem merecia», *Novidades*, ano LIV, n.º 14060, Lisboa, 1 de Dezembro de 1939, p. 3.

²¹⁸ Manuel Abranches Martins foi presidente do CADC no ano lectivo de 1924-25. Cfr. «Lista cronológica dos presidentes do CADC», *Estudos*, ano XXIX, n.º 298-301, Coimbra, Junho-Novembro de 1951, p. 651.

²¹⁹ «A inauguração do novo edifício do CADC», *Correio de Coimbra*, ano XVIII, n.º 905, Coimbra, 2 de Dezembro de 1939, p. 4.

Theodor Adorno na sua *Teoria Estética*: «a forma, a qual é devida ao conteúdo, é em si mesma um conteúdo sedimentado»²²⁰.

Erguido no início dos anos vinte, o ginásio corporizou, em termos funcionais, a concepção de um apostolado moderno, capaz de recorrer a novos métodos – neste caso o desporto – para a (re)conquista de militantes. No entanto, optou-se, aliás em harmonia com o cenário arquitectónico nacional da época, por revestir este propósito prático com uma linguagem revivalista e retórica, capaz de dignificar o seu proprietário e, por conseguinte, estabelecer um claro contraste com a clandestinidade e a precariedade de condições em que se havia desenrolado a actividade do Centro no início do século XX.

A segunda etapa de edificação teve lugar entre 1937 e 1939, marcando, no patamar da estética, uma ruptura perante o primeiro plano. Assegurada que estava a existência material da organização e a sua reputação quer na cidade, quer no país, foram outras as exigências feitas à arquitectura. A admissão do modernismo foi aqui estratégica. À “sinceridade” dos materiais e à ausência de “artifícios” decorativos soube-se fazer equivaler a mensagem católica, também ela portadora de uma “verdade” e defensora da prática da humildade e simplicidade como meio de seguir Cristo. Por outro lado, a modernidade das formas converteu-se em metáfora da actualidade das posições assumidas pelo CADC no âmbito religioso e cultural. Por fim, o modernismo subscrito foi suficientemente compromissório, entenda-se “inteligível”, para conciliar a imagem de vanguarda com a imediata percepção do carácter religioso da casa, assegurada pelo destaque conferido ao painel de azulejos dedicado ao Sagrado Coração de Jesus.

Se, como Aristóteles frisava, as coisas diferentes se distinguem por aquilo em que se assemelham, pensamos poder rematar sublinhando a continuidade do projecto democrata cristão que, como qualquer outra proposta de transformação da sociedade, vai procurando manter-se válida, acompanhando a evolução desse mesmo mundo que quer alterar.

²²⁰ Theodor Adorno, *Teoria Estética*, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 166.